



Revolução Federalista: estudos de cunho historiográfico

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

65



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Revolução Federalista: estudos de cunho historiográfico



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Revolução Federalista: estudos de cunho historiográfico



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt



**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2023

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Revolução Federalista: estudos de cunho historiográfico
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 65
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Setembro de 2023

ISBN – 978-65-89557-72-2

CAPA: “A morte de Saldanha da Gama” – FERREIRA FILHO, Arthur. A Revolução Federalista. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Editora Regional, 1956, v. 1, encarte entre as págs. 312 e 313.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Apresentação

A implantação da forma de governo republicana no Rio Grande do Sul foi acompanhada de um ambiente profundamente tenso, caracterizado por amplos desentendimentos político-ideológicos. Enquanto os sectários liderados por Júlio de Castilhos assumiam o poder, ali permanecendo de maneira praticamente ininterrupta por várias décadas, os demais grupos, alijados do comando do aparelho do Estado, formaram oposições que combateram de modo fidalgo os adversários. Esse clima de tensão exasperada redundaria na deflagração da Revolução Federalista que opôs castilhistas e oposicionistas, com a vitória daqueles, os quais cristalizaram no Rio Grande do Sul um modelo exclusivista e personalista, que afastou de vez qualquer possibilidade de ascensão daquele que não seguisse à risca a cartilha do castilhismo. Mesmo encerrada a guerra civil, as paixões e ódios partidários permaneceram inexoráveis, com enfrentamentos constantes por meio da palavra impressa e mesmo chegando a um novo confronto bélico.

A respeito da Revolução Federalista, os primeiros escritos, elaborados ainda durante a sua fermentação, eclosão e desenvolvimento, e ainda nos anos que se seguiram, foram marcados por um profundo partidarismo, com a apresentação de versões que legitimavam as formas de agir e pensar de cada um dos lados em conflito. Aos poucos, as construções historiográficas a respeito da Revolução de 1893-1895

foram marcadas por um silenciamento quanto ao conflito, por considerá-lo essencialmente violento e, portanto, em desconformidade com a formação histórica rio-grandense. Lado a lado com esse forçado esquecimento quanto à Federalista, houve também um certo preconceito para com o evento histórico, o qual era considerado descartável, uma vez que não estaria afinado com os denominados “ideais revolucionários” rio-grandenses-do-sul, matizados em torno da Revolução Farroupilha, que viria a ser alçada à condição de astro-rei do devir histórico gaúcho. Só mais contemporaneamente houve uma revisão historiográfica que legou algum espaço para uma análise mais profunda em relação à guerra civil de 1893. Este livro traz alguns estudos de caso a respeito do tema, com a retomada de escritos esparsos em edições diversas, além de um novo, de modo a, em seu conjunto, constituir mais uma singela contribuição para a historiografia da Revolução Federalista.

SUMÁRIO

**A formação da República no Rio Grande do Sul na
versão de um federalista / 13**

**A gênese da República no Rio Grande do Sul na
visão de Múcio Teixeira / 35**

**Silveira Martins X Júlio de Castilhos - a
personalização do conflito federalista: um estudo
de caso / 49**

**“Brasilidade X platinidade”: a construção
historiográfica acerca das revoluções sul-rio-
grandenses / 65**

**A Revolução Federalista na *Enciclopédia rio-
grandense*: um escrito de Arthur Ferreira Filho / 99**

A formação da República no Rio Grande do Sul na versão de um federalista

No Rio Grande do Sul, ao contrário do restante da maior parte das províncias/estados brasileiros, onde deu-se uma republicanização tranquila, a mudança na forma de governo trouxe consigo uma série de conflitos que agitariam a vida política da jovem nação republicana. Diferentemente do contexto brasileiro, no qual os antigos partidos imperiais engendraram alianças ou adaptaram-se à nova situação reinante, no caso gaúcho, o Partido Liberal, senhor soberano da situação política, não aceitou o alijamento do poder, perdido para os republicanos a partir da transição monarquia-república. Além disso, o exclusivismo político-partidário executado pelos republicanos liderados por Júlio de Castilhos para garantir a manutenção do controle dos aparelhos burocrático-administrativo e eleitoral também levou ao afastamento de republicanos “de última hora” e até de “históricos”, com a formação de considerável dissidência.

Desse modo constituiu-se uma cisão intransponível entre os republicanos-castilhistas, no poder, e uma forte oposição representada pelos antigos liberais e conservadores, além da dissidência republicana, os quais buscaram certa organização e arregimentação interna, nem sempre eficiente, intentando assim, a possibilidade de retorno ao poder.

Eliminada a instância das disputas políticas, tendo em vista a virtual exclusão das oposições do processo eleitoral e o consequente aprofundamento das discrepâncias partidárias, o Rio Grande do Sul mergulharia em cruenta guerra civil.

Ao lado do confronto militar, desenvolveu-se, durante a Revolução Federalista, uma verdadeira batalha de pronunciamentos expressos em geral através da imprensa. Paralelamente aos inflamados e panfletários artigos jornalísticos, uma série de autores elaboraram também livros e “folhetos” da mesma natureza, retratando, segundo suas concepções, os eventos que marcaram esse período. Essas publicações caracterizaram-se pela enraizada presença do partidarismo, servindo de fomento às paixões políticas, defendendo e legitimando as atitudes dos aliados, atacando os inimigos e/ou servindo como respostas às versões entabuladas pelo adversário.

Nesse quadro esteve inserida a obra de Wenceslau Escobar, político rio-grandense figadalmente envolvido nos conflitos do antes e depois da Revolução de 1893, servindo sua pena à causa dos federalistas. O objetivo desse trabalho consiste analisar alguns dos escritos de Escobar, elaborados nas primeiras décadas do século XX, intentando estabelecer uma associação entre o seu pensamento político e a sua forma de fazer história, bem como identificar suas convicções político-partidárias na versão estabelecida para os episódios que marcaram a formação da república no Rio Grande do Sul, desde a proclamação até o eclodir da Revolução Federalista.

História e política na obra de Wenceslau Escobar

Wenceslau Pereira Escobar era gaúcho de São Borja, nascido a 8 de dezembro de 1857, vindo a falecer no Rio de Janeiro a 14 de abril de 1938. Como muitos dos políticos rio-grandenses de então se formou em Direito, no ano de 1880, na Faculdade de São Paulo. Dedicou-se à advocacia, sendo versado em Direito Constitucional, além do que foi Promotor Público e Juiz Municipal em sua cidade natal, atuando como Deputado Provincial, em 1881. Já na República, foi um seguidor do gasparismo, militando no Partido Federalista, chegando a ser eleito deputado federal para o período entre 1906 e 1908¹.

Escobar dedicou-se também ao jornalismo e foi diretor da revista porto-alegrense *A Lei*, em 1892. Além de ter publicado um grande número de artigos na imprensa, ele elaborou as seguintes obras: *Unidade Pátria* (1914), escrita no intuito de promover a manutenção da “comunhão brasileira”, ao discutir questões como língua, raça, letras, tradições, costumes, direito, religião, viação e impostos; *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893* (1919), seu trabalho mais conhecido, consistindo uma narração dos

¹ Sobre a biografia de Wenceslau Escobar, observar: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1902. v. 7. p. 345.; MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1978. v.6. p. 212.; e VILLAS-BÓAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre, A Nação/IEL, 1974. p. 178.

acontecimentos político-militares da Revolução Federalista; *30 Anos de Ditadura Rio-Grandense* (1922), libelo que historia a formação republicana rio-grandense até o início da década de vinte; *Pela Intervenção no Rio Grande - Renúncia do Dr. Borges de Medeiros* (1923), folheto contendo oito artigos e duas cartas abertas ao governador do Rio Grande do Sul, defendendo a renúncia desse e/ou a intervenção federal no estado; e *Discursos Parlamentares - 1906-1908* (1926), com a transcrição de uma série de pronunciamentos proferidos à época da deputação na Câmara Federal².

Ao buscar elaborar uma interpretação dos eventos que marcaram a gênese da República no Rio Grande do Sul, Escobar articulava um “produzir história” com um “fazer política”, estando suas obras marcadas pelo pensamento político-partidário dos federalistas³. Os ideais políticos do autor tiveram por arcabouço os princípios liberais, os quais Escobar

² Escobar também publicou: *O Gabinete de 5 de Janeiro* (1880), *Cartas Abertas ao Senador Pinheiro Machado* (1904), *Réplica aos Contraditores dos meus Apontamentos para a História da Revolução de 1893* (1921), *Esboço da Reforma da Constituição* (1931) e *Decurso de uma vida* (1937).

³ Os preceitos a respeito do pensamento político e da forma de fazer história de Wenceslau Escobar foram elaborados a partir de proposições estabelecidas em: ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. v.21. n.2. 1995. p. 91-7.; e ALVES, Francisco das Neves. Revolução Federalista e “verdade histórica”. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande, Universidade do Rio Grande, 1996. p. 88-90.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

traduzia por “liberdade”, típica, segundo ele da formação histórica do Rio Grande do Sul. Na concepção de Wenceslau Escobar a “liberdade” estava intrinsicamente ligada aos gaúchos, desde os primitivos habitantes e perpassando pelas diversas gerações de rio-grandenses que, “sempre aurindo a vida nesse ambiente de sadios princípios liberais, iam serenos correndo os tempos”⁴.

Outro elemento da história rio-grandense, destacado pelo autor para fundamentar seu pensamento, foi o caráter militar da população gaúcha. Descrevendo a participação dos sul-rio-grandenses ao longo de uma série de conflitos; desde os tempos coloniais até o Segundo Império, como nas disputas luso-hispânicas pela Colônia do Sacramento e pelo território do Rio Grande do Sul, na Guerra da Cisplatina, na Revolução Farroupilha, na Guerra contra Rosas, na Guerra contra Oribe e na Guerra da Tríplice Aliança; Escobar explicava que, por “mais de cento e cinquenta anos, o berço rio-grandense foi sempre abalado em ruidoso ambiente de agitações bélicas”, afeiçoando “o caráter de seus filhos às rudes e tormentosas vicissitudes das lutas pelas armas”⁵.

Desse modo, ao associar a “liberdade” ao “caráter bélico”, como fundamentos imanescentes à formação gaúcha, o autor buscava justificar que qualquer recurso seria legítimo, mesmo a luta armada, para garantir a manutenção daquele primeiro fator. Essa proposição estava intimamente ligada a um dos componentes básicos do discurso federalista, ou seja, a arraigada luta

⁴ ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro, Canton & Beyer, 1922. p. 12.

⁵ ESCOBAR. 1922. p. 4-14.

contra o autoritarismo do sistema castilhistas, considerado como verdadeira tirania pelos seus adversários.

Segundo Wenceslau Escobar o funcionamento da república, de acordo com o sistema pelo qual a mesma se estruturou no Brasil, estava prejudicado pelo desequilíbrio de forças entre os três poderes, com o absoluto predomínio do Executivo, que desacatava o Judiciário e menosprezava o Legislativo; distorção esta ainda mais evidenciada na Constituição Sul-Rio-Grandense que destinava ao Legislativo poderes simplesmente consultivos, com relação ao Presidente da Província⁶. Utilizando seus conhecimentos em Direito Constitucional, Escobar levava em frente um dos intentos que era a pedra de toque dos inimigos do castilhismo, ou seja o combate à constituição castilhistas, a qual garantia através de seus mecanismos político-eleitorais a perpetuidade do grupo situacionista no poder. Para ele, a constituição rio-grandense não era “absolutamente republicana”, e sim “uma ditadura mascarada de democracia” e “uma verdadeira excrescência no mecanismo constitucional da república”, que não garantia, ao menos, as liberdades públicas⁷. Apontava também como inconcebíveis e inconstitucionais a nomeação do vice-presidente pelo presidente, a inelegibilidade dos não-rio-grandenses para o governo do estado, a possibilidade da reeleição presidencial e a organização das eleições por parte do

⁶ ESCOBAR, Wenceslau. *Unidade pátria*. Porto Alegre, Globo, 1914. p. 184.

⁷ ESCOBAR, Wenceslau. *Discursos parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre, Globo, 1926. p. 4-5.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

Executivo, pregando constantemente a revisão daquele dispositivo constitucional.

O pensamento político de Escobar estava voltado para os ideais e as práticas do liberalismo, pois, como militante do Partido Federalista, foi seguidor e herdeiro dos princípios gasparistas no que concerne à organização do Estado. Na sua concepção o ponto básico a ser transformado nas estruturas institucionais dos Brasil Republicano era o da rigidez do sistema presidencialista, defendendo, assim, que os ministros de estado fossem solidariamente responsáveis, junto ao Presidente, pelo Poder Executivo; e que a eleição do Presidente da República fosse efetuada via Congresso Nacional, pois considerava o sufrágio direto como uma “burla”, tendo em vista a “escassa cultura” popular que anulava os possíveis resultados positivos daquele princípio democrático, elucidando que só os congressistas representavam a “corporação ilustrada e a mais competente para conhecer os cidadãos na altura de ocuparem o posto de primeiro magistrado da nação”⁸.

Dessa forma, rezando pela cartilha gasparista, Escobar propunha a implantação de um sistema parlamentarista no país e, em consonância com os princípios liberais, propunha que o chefe de um estado republicano deveria governar com patriotismo e como um funcionário prudente, criterioso e da confiança do povo, que poderia afastá-lo, quando julgasse isto necessário⁹; características diametralmente opostas ao sistema castilhistas, o que tornava natural e justificável o

⁸ ESCOBAR. 1914. p. 190-196.

⁹ ESCOBAR. 1926. p. 9.

combate, por parte do autor, ao que considerava como a “ditadura rio-grandense”.

Esse pensamento político de Wenceslau Escobar moldou a sua forma de “produzir história”. Mesmo não se constituindo no “historiador” de acordo com o sentido estritamente científico, Escobar pretendia “fazer história”, ao entabular uma resposta às versões legalistas e ao prestar um “inestimável serviço” de esclarecimento à pátria, através do “testemunho” que legava “aos vindouros de um esforço em prol da paz da família rio-grandense” e no esclarecimento a respeito da “verdade do regime federativo”, considerando que o mesmo não passara de uma “sombra”¹⁰ no contexto político rio-grandense ao longo da República Velha.

Ao buscar prestar um testemunho histórico, Escobar caía em contradição na utilização dos conceitos isenção/imparcialidade, admitindo não ser possível praticar o primeiro, propondo-se, entretanto, a tratar os fatos de forma imparcial, característica que teria sido adquirida através do distanciamento cronológico com relação ao desencadeamento dos eventos que marcaram os fatores promotores e os efeitos da Revolução Federalista¹¹. No entanto, a “imparcialidade” do autor

¹⁰ ESCOBAR, Wenceslau. *Pela intervenção no Rio Grande - renúncia do Dr. Borges de Medeiros*. Rio de Janeiro, Canton & Beyer, 1923. p. 3.

¹¹ O autor afirma: “Não tenho a pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo: sou homem, tomei parte pelo coração e pelas ideias nessa lamentável luta fratricida. Procurei, no entanto, expor os fatos com a possível imparcialidade, limitando para isso, a meu favor, não só o quarto de século que já nos distancia desse cruento sucesso, senão também a maturidade dos anos, poderoso calmante para

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

ficou limitada a partir de suas convicções político-partidárias, de modo que ele não esteve isento de paixões, deixando-se envolver pela dicotomia do bem e do mal entre pica-paus e maragatos; anulando, por conseguinte, qualquer possibilidade de distanciamento crítico com relação ao objeto em estudo¹².

Assim, como “historiador”, Escobar pretendia prestar “esclarecimentos” às gerações futuras de modo que as mesmas tivessem subsídios para reavaliar a história rio-grandense, reconhecendo qual dos lados em confronto era o detentor da razão, buscando demonstrar, de acordo com a sua compreensão, que os federalistas era os verdadeiros defensores das liberdades e das instituição gaúcha, e que, após aquela reavaliação, os rio-grandenses saberiam como proceder, menoscabando a imagem de Júlio de Castilhos e glorificando a de Gaspar da Silveira Martins:

À memória do [tirano] seus partidários levantaram
estátua. Entretanto, o cadáver do famoso tribuno
que, na mais ampla compreensão do amor às

ajuizarmos dos acontecimentos com menos paixão e mais justiça”. ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília, Ed. da UnB, 1983. p. 4.

¹² De acordo com: FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In: FLORES, Moacyr (org.). *1893-1895: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993. p. 123. e PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas*. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande, Ed. da FURG, 1993. p. 69.

liberdades patricias, proclamava os verdadeiros princípios liberais, esse nem ao menos descansa no solo pátrio, dorme exilado em terra estranha. Talvez um dia, as gerações por vir, cujo grau de perfeição moral deve ser superior ao da atual, melhor avaliando a mentalidade e beleza de sentimentos entre aquele que dizia “inimigos não se poupa, nem na pessoa nem nos bens”, e o que dizia “guerra civil não, maior flagelo pode cair sobre um povo”, repare a clamorosa injustiça, apeando do pedestal da estátua a figura brônzea do ditador para em seu lugar colocar a do grande estadista liberal. A história, às vezes, tem destas sanções, duras mas justas.¹³

Nesse sentido, história e política estiveram articuladas na obra de Wenceslau Escobar, interagindo mutuamente na reconstrução histórica que o autor empreendeu com relação aos eventos que marcaram a formação da república no Rio Grande do Sul.

A gênese da República no Rio Grande do Sul na visão anticastilhista de Wenceslau Escobar

De acordo com Wenceslau Escobar, a república colocara termo à alternância dos partidos políticos no poder, típica do período monárquico e que, segundo o autor, bem representava a natureza das instituições políticas brasileiras, apontando-a como “um fator de

¹³ ESCOBAR. 1983. p. 340.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

considerável importância na formação do caráter nacional”, uma vez que “a certeza de ser governo dentro de certo período, que podia ser mais ou menos longo, mas nunca indefinido, era um incentivo para a firmeza de ideias e princípios”. Já com a nova forma de governo, segundo Escobar, “a facção que escalara o poder se eternizava no governo, e só alcançavam posições aqueles que se lançassem em seus braços, sincera ou fingidamente”¹⁴, situação que se manifestava ainda mais gravemente no caso do Rio Grande do Sul:

Os arautos da ideia triunfante, que, enfaticamente, se deram a denominação de “históricos”, a quantos não faziam pública professam de fé ou não tinham sido partidários dos tempos da propaganda, excluíram, de modo sistemático, de todas as funções públicas e eletivas. Até alguns que pouco antes de 15 de novembro tinham se declarado republicanos, alcançou esta odiosa exclusão. Ao invés de procurarem fraternizar todos os membros da família rio-grandense, conjurando dificuldades à consolidação da nova forma de governo, seguros do apoio da espada, cujo único domínio imperava, ameaçaram arrogantes com o brado mavórcio - “a guerra como na guerra”, tratando como suspeitos todos quantos com alacridade não entoavam hosanas à nova ordem de coisas.¹⁵

Nesse sentido, Escobar argumentava que a república “surpreendeu” a todos e que, no Rio Grande do Sul, “os detentores do poder que incontestavelmente

¹⁴ ESCOBAR. 1922. p. 15-6.

¹⁵ ESCOBAR. 1983. p. 8.

representavam a maioria da opinião”, ou seja, os liberais, de quem o autor era sectário, entregaram “a contragosto” o governo “aos paladinos da ideia triunfante”, e afirmava que já os primeiros meses com os republicanos no poder caracterizaram-se pela “demolição de todas as liberdades políticas alcançadas na monarquia”¹⁶. A sistemática exclusão por parte dos republicanos para com todos os virtuais adversários, não só para com os cargos político-partidários e eleitorais, como para os burocrático-administrativos, era acusada pelo autor que apontava para as “iniquidades praticadas por homens que alardeavam um puritanismo sem jaça”, de modo o “exclusivismo irritante de uma grande massa, senão maioria dos cidadãos do Estado” e a “intolerância levada a excesso”, dividira “o povo rio-grandense em vencidos e vencedores” e indispusera “o espírito público contra o partido republicano”¹⁷. Acusava, enfim, o completo alijamento das forças anticastilhistas de qualquer possibilidade de retomada do controle do aparelho do Estado.

Escobar condenava veementemente os meios utilizados pelo castilhismo para garantir a perpetuação do Partido Republicano Rio-Grandense no poder. A respeito do líder máximo dos republicanos gaúchos, o autor afirmava que “a política preconizada por Comte, de que se enamorou, calhava perfeitamente a seus intuítos, porque, sob fórmulas democráticas, dissimulava a ditadura”. Quanto ao grupo republicano no poder, destacava que o mesmo “baniu escrúpulos, rompeu todas as cadeias de inveteradas tradições, feriu

¹⁶ ESCOBAR. 1922. p. 19-20.

¹⁷ ESCOBAR. 1983. p. 10.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

interesses, violou direitos, enfim postergou todas as liberdades políticas”¹⁸. Além de criticar o aparelho eleitoral montado pelos governistas, que inviabilizava qualquer oportunidade de vitória da oposição, Escobar denunciava as fraudes eleitorais¹⁹ que completavam o trabalho de alijamento político daquela.

A constituição rio-grandense era um dos principais alvos das críticas do autor federalista que apontava a mesma como a “mais completa negação do regime republicano, porque, sob a máscara democrática, concentrava todos os poderes em mão do Executivo, arvorando seu representante em perfeito ditador”. Nessa linha, considerava “a organização constitucional rio-

¹⁸ ESCOBAR. 1922. p. 22-3.

¹⁹ O autor descrevia o processo eleitoral então em voga: “A absoluta totalidade das mesas compostas exclusivamente de partidários do governo não admitiam, com raríssimas exceções, fiscalização. Nestas condições, apuravam discricionariamente votos para os candidatos oficiais, embora dados a candidatos da oposição. Algumas houve, cujo procedimento foi tão desonesto, que apuraram mais votos que o número de eleitores qualificados na respectiva sessão. Muitas, na impossibilidade de evitarem a derrota, deixavam de se reunir, frustrando por esse modo a eleição. Em uma das sessões eleitorais da própria capital, tal foi a falta de pejo, que, na ocasião da votação, a polícia arrebatou violentamente a urna, tudo com ciência, senão instrução do governador, que nenhuma providência tomou para punir os culpados desse atentado. Como se não bastassem as tropelias e fraudes praticadas pelas mesas eleitorais, ainda, por sua vez, o mesmo faziam as juntas apuradoras dos municípios, completando a obra daquelas”. ESCOBAR. 1983. p. 22.

grandense” como “uma felonía aos verdadeiros princípios republicanos”²⁰, uma vez que:

... a divisão do poder público, nesse estatuto político, era quase nula. O papel da câmara de representantes limitava-se unicamente a decretar despesas e a criar fontes de receitas; era uma simples câmara orçamentaria, segundo a tecnologia comtista. Ao representante do Poder Executivo, o primeiro magistrado do Estado, cabia a iniciativa de todas as mais leis, que interessassem a prosperidade e bem-estar da família rio-grandense (...). Por um tal sistema constitucional ficava o presidente investido de grande soma do poder público: era quase, senão, um ditador, cuja atribuição ia até nomear seu próprio substituto legal. Esta obra, pondo em evidência o espírito de seita, quadrava-se, perfeitamente à natureza autoritária do Dr. Júlio de Castilhos. Conquanto o patenteasse estadista divorciado da república, cuja negação ela era, prestava-se como excelente instrumento para realizar o objetivo que jamais perdeu de vista – fortalecer seu partido – [e] enfim, para governar sem dar contar contas à opinião.²¹

Dessa forma, para Escobar, a estrutura constitucional rio-grandense estava a serviço de Júlio de Castilhos que, com ela “via-se investido de um aparelho que lhe facultava governar à vontade”, de modo que “amparado por esta organização constitucional draconiana”, completava seus planos de manutenção no poder ao cercar-se “de um pessoal de absoluta confiança,

²⁰ ESCOBAR. 1922. p. 24.

²¹ ESCOBAR. 1983. p. 23.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

de criaturas incondicionais, sem vontade, que só pensavam pela sua cabeça”. Segundo o autor, “*este aparelho governativo*, em completo divórcio com as tradições do povo, avolumou consideravelmente a onda da oposição, que já demasiado prevenida, via em tudo motivo para crítica”; porém, continuava, “como o absolutismo produzindo descontentamento aumentaria a necessidade do absolutismo, Castilhos não parava nesse caminho, quanto maior era a atividade dos adversários”²². De acordo com Escobar, as atitudes das autoridades republicanas só levavam a um crescente e irreversível acirramento de ânimos:

Essas autoridades em vez de moderarem por atos de correção e justiça os ânimos mais lhes acendiam a exaltação pela prática abusiva de iníquas perseguições e violências de outras naturezas. (...) Castilhos, dominado por histerismo raivoso e obedecendo às impulsões de seu temperamento despótico, com irrefletido menosprezo da moderação e cordura (...) o que queria era esmagar pela força manifestações contrárias ao governo. Parecia não compreender república em que tivessem representação todas as opiniões; tinha por ideal o império absoluto do partido, que era o seu próprio, porque o manjava à vontade.²³

Essas práticas autoritárias denunciadas por Wenceslau Escobar justificavam, segundo o autor, as atitudes bélicas da oposição, uma vez que lhe assistia o “direito à revolução”, ou seja, o pegar em armas para

²² ESCOBAR. 1983. p. 29-34.

²³ ESCOBAR. 1922. p. 34.

destituir um governante considerado como ilegítimo ou discordante das aspirações gerais. Dessa forma, para o escritor federalista, “tal foi a situação de mal-estar e compressão”, criada pelo castilhismo e “sentida por uma grande parte da comunhão rio-grandense, que, desenganada de alcançar pelos meios pacíficos a garantia eficaz de todos os seus direitos, já começava a afagar a ideia da revolução, vendo nela o recurso extremo dos oprimidos”²⁴. Para o autor, o “pensamento da revolta” representava “a flâmula da esperança da redenção dos oprimidos”, os quais “aguardavam ansiosos o momento de resgatar as garantias dos tempos em que tranquilos desfrutariam as doçuras da paz”²⁵.

Além disso, Escobar defendia a ideia de que a oposição rio-grandense era a verdadeira representante de um dos elos fundamentais à formação histórica gaúcha – “a liberdade” – uma vez que seus representantes “ainda mantinham no Rio Grande acesa a pira das gloriosas tradições democráticas, edificadas por seus maiores, em cerca de dois séculos e meio, à custa de árduos trabalhos, lutas incessantes e sacrifício de inúmeras e preciosas existências”²⁶. Nesse sentido, o

²⁴ ESCOBAR. 1983. p. 27.

²⁵ ESCOBAR. 1922. p. 53.

²⁶ ESCOBAR. 1922. p. 36. Quanto à oposição rio-grandense, Wenceslau Escobar fazia uma nítida distinção entre a atuação dos dissidentes e dos federalistas; partidário desses, o autor imputou muito das culpas pelos insucessos dos rebeldes àqueles. Para o escritor, ao passo que o grupo dos dissidentes republicanos defendia uma orientação considerada como “a negação da república, por ter por base a política ditatorial preconizada por A. Comte”; os federalistas mantinham “a força dos sentimentos democráticos do partido que, durante

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

autor traçava um paralelo entre as visões de liberdade para federalistas e republicanos:

No desdobramento dos sucessos que ocorreram no Rio Grande após a proclamação da República, percebe-se com toda clareza a ação de duas forças atuando em sentido contrário. Uma defendendo ciosa o patrimônio de suas liberdades, esforçando-se por aumentá-lo; outra, prodigalizando mais largas promessas desse benefício, vai, no entanto, na prática, cerceando os ramos dessa árvore frondosa e até aniquilando-a pelo corte de suas mais fundas radículas. Esta é representada pelos governos republicanos (...). Aquela é a oposição, concretizada, na maior parte, pelo partido federalista.²⁷

Ao identificar os fatores que levaram à Revolução Rio-Grandense de 1893, Escobar destacava a violência como elemento primordial. Ao enfatizar a extrema violência que norteou as relações entre os dois lados em conflito, o autor sempre apontou os federalistas como as vítimas e os republicanos castilhistas como os verdugos. Nesse quadro, relatava as diversas formas de violência sofridas pelos anticastilhistas, que variavam desde a violência física, passando pelos ataques à propriedade

trinta anos, tinha sido doutrinado pelos próceres do liberalismo rio-grandense e cujo espírito ainda era bafejado pelas auras memoráveis de 35, repelia, dominado por sincera convicção às suas tradições de povo livre”. ESCOBAR. 1922. p. 42-3.

²⁷ ESCOBAR. 1922. p. 51-2.

privada, até os atentados contra a moral dos indivíduos e das famílias²⁸.

Escobar ainda localizava nas atitudes dos governantes, na esferas estadual e federal, a culpa pelo desencadear da Guerra Civil de 1893. Para o autor, nos atos de Júlio de Castilhos mesclavam-se “ambição do poder, conveniências partidárias e pessoais”, que “prevaleceram à ideia de conjurar uma provável revolução” e “às desgraças que, em resultado deste flagelo, pudessem sobrevir à terra natal”. O apoio do Presidente da República, Floriano Peixoto às forças governistas gaúchas também foi condenado pelo escritor, considerando que não poderia “sofrer dúvida a verdade histórica”, de que o marechal fora “a alma da revolução”, e o “causante de todas as desgraças que nos três anos subsequentes sobrevieram ao Rio Grande do Sul”²⁹. Em síntese, o autor denunciava a “tirania” como a responsável direta pela eclosão revolucionária:

A guerra civil foi a consequência da tirania, que audaciosa levantou colo em todo o Rio Grande, cujo heroico sacrifício decenal pelo ideal republicano via, agora, num momento, eclipsado por ferrenha ditadura, mascarada de roupagens democráticas. De 1893 a 1895 o Rio Grande ardeu em chamas da mais feroz e cruenta revolução. Nesta guerra, em que o principal combustível foi o ódio alimentado pelo fanatismo rubro da intolerância, não houve atentado que não figurasse nos anais dessa horrorosa calamidade. Castilhos, mordido de raiva, em expansões de fúria atroz, mandava que não

²⁸ ESCOBAR. 1983. p. 53-67.; e ESCOBAR. 1922. p. 48-50.

²⁹ ESCOBAR. 1983. p. 50 e 42.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

poupassem adversários nem na pessoa, nem nos bens (...). Foi época em que um dilúvio de lágrimas e sangue inundou a terra gaúcha, cobrindo de crepe todos os corações.³⁰

Ao referir-se ao final do conflito entre federalistas e republicanos, Wenceslau Escobar esclarecia que os confrontos, as paixões e os ódios político-partidários não estavam encerrados no ato da pacificação e, pelo contrário, haviam sido ainda mais fermentados durante o processo revolucionário, resultando em uma série de sequelas as quais se manifestariam ao longo de toda a vida política rio-grandense durante a República Velha:

O fim desastroso da revolução consolidou seu predomínio absoluto [do castilhismo] e assegurou definitivamente no Rio Grande a vitória da ditadura e a derrota da liberdade. (...)

[Castilhos] não queria a liberdade; queria a disciplina, a tranquilidade das massas, a paz à imagem da água estagnada. As consequências deste ensinamento são deploráveis; origina uma população obediente até à docilidade, que suprime o espírito de crítica. Além disso, nos que se submetem à tirania com a consciência sempre em revolta, gera ódios profundos, que se transmitem de pais a filhos e se concretam no patrimônio das gerações que se vão sucedendo. São estas as sementes das revoluções semeadas pelos governos que sobrepõem a sua vontade absoluta aos verdadeiros princípios democráticos.³¹

³⁰ ESCOBAR. 1922. p. 54.

³¹ ESCOBAR. 1922. p. 59 e 74.

A produção historiográfica acerca da transição monarquia-república no Rio Grande do Sul foi, por longo período, caracterizada por um marcante partidarismo. Grande parte dos trabalhos elaborados nos primeiros anos após a instauração da nova forma de governo e durante praticamente toda a República Velha, não deixou de estar vinculada, em maior ou menor grau, a um dos lados que, em confronto, agitaram a vida política rio-grandense nas três primeiras décadas após a derrocada da monarquia. As profundas cisões político-partidárias originadas a partir do advento da república levariam à deflagração da Revolução Federalista, fenômeno que não serviu para aparar as arestas entre as forças em divergência no Rio Grande do Sul e sim, para agravá-las. Acompanhando a luta armada estabeleceu-se paralelamente uma peleja por meio das palavras, articuladas através da imprensa e de uma série de livros que buscaram explicar, de acordo com a visão de cada um dos grupos em desacordo, os eventos relacionados ao processo de instalação da nova forma de governo.

Inserida em tal contexto esteve a obra de Wenceslau Escobar, político militante dos princípios federalistas/gasparistas, cuja proposta de trabalho constituiu combater ferreamente o modelo político implantado no Rio Grande do Sul por Júlio de Castilhos. O autor dedicou-se a prestar um “testemunho” histórico, intentando “esclarecer” as gerações futuras a respeito do que considerava como distorções da forma republicana, provocadas pelo castilhismo. Colocando a “história” a serviço de seus princípios político-partidários, Escobar voltou seus escritos ao combate do autoritarismo castilhista, apontado como “ditadura”, “despotismo”, e/ou “tirania”, opondo a esse sistema os ideais

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

propagados pelos federalistas, apresentados como fiéis depositários das “liberdades” e da “democracia” do povo rio-grandense. Legitimando o pensamento e os atos de uma das alas do contingente anticastilhistas sul-rio-grandense, Wenceslau Escobar foi um dos mais importantes elementos a desempenhar o papel de arauto dos federalistas em uma contenda onde a pena e a espada atuaram lado a lado³².

³² Texto publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande; Editora da FURG, 1998, v. 10, p.31-43.

A gênese da República no Rio Grande do Sul na visão de Múcio Teixeira

Eu, os livros e os homens estudando,
Atrevo-me a dizer aos eruditos
Que os livros sempre vão me deleitando,
Porque os homens são todos mal escritos.³³

Marcada pela agitação político-partidária e militar, traduzida na fermentação, eclosão e sequelas da Revolução Rio-Grandense de 1893, grande parte da produção historiográfica acerca do período da formação da República no Rio Grande do Sul caracterizou-se, durante várias décadas, pelo partidarismo, com a tomada de posição por parte do autor em um dos lados do conflito³⁴. Mesmo que não elaboradas, na maioria das

³³ TEIXEIRA, Múcio. Otimismo de um cético. In: *Brasas e cinzas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922. p. 364.

³⁴ Sobre a produção historiográfica acerca da Revolução Federalista, observar: FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In: FLORES, M. (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993. P. 117-128.; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas*. In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande, Ed. da FURG, 1993.

vezes, por historiadores propriamente ditos (no sentido estritamente científico), as obras sobre a Revolução Federalista buscavam prestar testemunhos às gerações posteriores através da transmissão das vivências e opiniões dos autores, os quais, mesmo que em níveis variáveis, apresentavam algum grau de identificação no confronto entre maragatos e pica-paus. Inserido nesse caso, esteve o poeta rio-grandense Múcio Teixeira, notadamente no que se refere a seu livro *A Revolução no Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos*, publicado em 1893, uma “defesa dos princípios castilhistas, dos republicanos e uma definição exata do antiparlamentarismo, antigasparista”, constituindo “uma obra de testemunha apaixonada”³⁵.

Múcio Scévola Lopes Teixeira³⁶ nasceu em Porto Alegre (13 de setembro de 1857) e faleceu no Rio de

p. 65-82.; e ALVES, Francisco das Neves. Revolução Federalista e “verdade histórica”. In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande, URG, 1996. p. 85-101.

³⁵ LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul: levantamento crítico*. Porto Alegre, Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, IFCH/UFRGS, 1979. p. 104.

³⁶ Dados biográficos elaborados a partir de: TEIXEIRA, Álvaro. *Mucio Teixeira*. 3.ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.; CESAR, Guilhermino. *História da literatura no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre, Globo, 1971. p. 226-233. MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS/IEL, 1978. p. 578-9. BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 6. p. 300-302.; e

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

Janeiro (8 de agosto de 1928). Passando seus primeiros anos em sua cidade natal, em 1864 partiu para a Corte do Império, estudando no “Colégio Vitório”, retornando após quatorze meses a Porto Alegre, quando, no “Colégio Gomes” foi colega de elementos que se tornariam exponenciais no movimento republicano rio-grandense como Demétrio Ribeiro, Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Homero Batista. Teve aulas na casa de Aquiles Porto Alegre e, em 1869, esteve no “Colégio Rio-Grandense” de Apolinário Porto Alegre. Ainda na adolescência iniciou sua carreira literária, tendo pertencido ao “grupo do Partenon”, colaborando na revista deste a partir de 1872. Serviu na Escola Militar de Porto Alegre até 1875, quando se afastou por considerar injusta uma punição recebida, após recitar uma poesia sobre os Inconfidentes, no Teatro São Pedro, julgada como infringente à disciplina e revolucionária, abandonando a carreira militar.

Em 1878, Múcio Teixeira transferiu sua residência para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu seus trabalhos ligados à poesia. Em 1880, foi nomeado secretário do governo da Província do Espírito Santo, cargo do qual se licenciou por três meses, em 1881, voltando ao Rio Grande do Sul para disputar uma eleição a Deputado Provincial. Através de sua campanha na imprensa, atacou Gaspar Silveira Martins, denominando-o de “Tribuno-Rei”, de modo que não teve sua eleição reconhecida pelo líder liberal. De volta à Vitória, exonerou-se da secretária em 1882, retornando ao Rio de Janeiro, publicando diversas obras literárias e

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1978. v. 4. p. 73.

colaborando nos periódicos “Cruzeiro”, “O País”, “A Cidade do Rio” e na “Revista Brasileira”. A partir de 1885, contou com o apoio e sustento por parte de D. Pedro II, sendo considerado como o “poeta imperial”, até ser nomeado, em 1888, cônsul brasileiro na Venezuela.

Proclamada a República, abandonou o cargo e retornou ao país, encontrando um mecenas na figura de um “português monarquista” o qual levou o poeta a assumir posições de diretoria e presidência no Banco Sul-Americano, na companhia Brasil Construtora, no Banco de Crédito Brasileiro e no Banco São Paulo e Rio. A política do encilhamento levaria Múcio Teixeira à bancarrota e, a convite de Júlio de Castilhos, retornou ao Rio Grande do Sul, em 1892, atuando no jornal “Folha Nova”. Permaneceu em seu estado natal durante toda a guerra civil e, em 1896, retornou ao Rio de Janeiro, onde escreveu na “Cidade do Rio” e no “Jornal do Brasil”, praticando também o jornalismo na capital da Bahia. Já no século XX, passaria a dedicar-se até a sua morte ao ocultismo, adotando o pseudônimo de Barão Ergonte.

Ao longo de sua carreira como poeta, teatrólogo, crítico, tradutor, memorialista, historiador, jornalista e satirista, Múcio Teixeira defendeu diferentes princípios políticos, estando os seus escritos parcial ou totalmente vinculados às diversas funções que o autor exerceu. Apesar da postura inicialmente republicana, Teixeira passaria a defensor da monarquia nos últimos anos do Império, posição mantida mesmo com a Proclamação da República, a qual seria criticada nas suas *Memórias dignas de memória*, onde afirmava que a nova forma de governo nada tinha “feito mais do que acabar com tudo quanto havia de bom, para que o polvo das ambições de meia

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

dúzia comprima nos seus tentáculos a liberdade dos outros e o bem-estar de todos”, liquidando-se “a prosperidade da pátria” e levando o país a um “lamentável estado de crise econômica, financeira e moral”³⁷.

Esgotadas as possibilidades de viver como “poeta imperial” e sob o mecenato de um “português monarquista”, Múcio Teixeira, aceitando o convite do líder máximo do Partido Republicano Rio-Grandense, voltou seus escritos a uma defesa ardorosa dos princípios e práticas castilhistas, surgindo, dessa nova posição, sua versão para “as causas e os efeitos” da Revolução Federalista, no livro *A Revolução no Rio Grande do Sul*.

A obra do poeta sobre a Revolução Federalista guardava uma característica típica da produção historiográfica de então sobre o tema, ou seja, a personalização do conflito em torno das duas maiores lideranças em confronto. Gaspar da Silveira Martins, a personificação do inimigo, foi descrito por Teixeira como homem petulante, de atitudes prepotentes e despóticas e que transformara o Rio Grande do Sul em um “simples feudo”, nos dois últimos decênios da Monarquia; além do que, “sem escrúpulos de consciência, nem melindres de caráter”, teria abusado “da alta posição em que se viu colocado”. A capacidade intelectual do líder liberal era também atacada, considerando que o mesmo fazia de “ligeiras e múltiplas leituras, um conjunto variado e superficial de conhecimentos genéricos”, chegando “com estes pretensos elementos intelectuais a passar por um

³⁷ TEIXEIRA, Múcio. *Memórias dignas de memória*. citado por TEIXEIRA, A. p. 558.

erudito aos olhos míopes da imbecilidade vulgar". Silveira Martins era também considerado como estrangeiro e acusado de ter renegado "a terra do seu nascimento, o Estado Oriental", optando pelo Brasil, "e levando o seu *bairrismo* ao exagero de não querer admitir que outrem fosse *mais rio-grandense* do que ele". Múcio Teixeira ainda afirmava que o chefe liberal, "insuflando ódios e estimulando paixões", só levava ao desentendimento, inclusive entre seus próprios partidários³⁸.

Já Júlio de Castilhos era enaltecido por Múcio Teixeira pela excelente formação, pela "invejável reputação", ou ainda pelo "estilo claro e persuasivo", que "enraizava a própria convicção no terreno lavrado pelos adversários, semeando princípios e colhendo aplausos"; sendo "moderado sempre na linguagem e sempre da mais fina cortesia para com os adversários", parando-lhes "os golpes com uma agilidade verdadeiramente acrobática" e atacando-os "sempre de frente, ferindo-os com precisão no ponto vulnerável". Dessa forma, o líder republicano era heroificado como detentor de um "papel glorioso", tomando "sobre os seus largos ombros de atleta o peso enorme da agremiação da família republicana, a metodização da sua propaganda, a redação definitiva dos meios práticos enunciados em síntese no seu complexo programa", dedicando-se, "com a maior abnegação e verdadeiro altruísmo, à grandeza da causa a que consagrara todos

³⁸ TEIXEIRA, Múcio. *A Revolução no Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos*. Porto Alegre, Typ. do Commercio, 1893. p. 41-42, 45, 52 e 58.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

os sonhos da sua mocidade e todas as energias do seu talento”³⁹.

Revelando suas preferências, o poeta traçou um paralelo entre as duas lideranças:

O ponto de contato que se observa logo à primeira vista entre o caudilho liberal e o chefe republicano, consiste na prodigiosa influência popular que ambos conquistaram em todo o Rio Grande do Sul, se bem que o primeiro não trepidasse na escolha dos meios para chegar ao seu fim, enquanto que o segundo jamais desviou um passo da linha reta do dever, pugnando sempre pelo domínio impessoal dos princípios. (...)

Ambos são fortes e indomáveis; mas a força daquele é como a do tigre, que devora, guiado somente pelo instinto da conservação, ao passo que a deste é como a do leão, sempre galhardo, - soberbo e generoso!⁴⁰

As forças governistas eram apontadas por Múcio Teixeira como “uma nova geração, pujante e gloriosa”, baseada no “completo respeito às suas ideias” e na “honorabilidade pessoal” de seus membros, dedicados à “organização definitiva da República”. Não responsabilizando os castilhistas pela Revolução, Teixeira considerava que os mesmos iriam “sair da luta gloriosos e com a consciência tão limpa, como as mãos de Júlio de Castilhos, pairando abertas sobre as cabeças de todos os habitantes deste estado”⁴¹.

³⁹ TEIXEIRA, M. 1893. p. 72,75-76, 80, 87 e 92.

⁴⁰ TEIXEIRA, M. 1893. p. 88.

⁴¹ TEIXEIRA, M. 1893. p. 66, 110, 133 e 335.

Os rebeldes, por sua vez, eram acusados de provocarem a instabilidade e a anarquia das instituições rio-grandenses. Dentre os anticastilhistas, os dissidentes republicanos foram intensamente atacados por Múcio Teixeira, ao explicar que a “inglória dissidência” sacrificara um “passado inteiro”, por “uma simples questão de meras conveniências pessoais, chegando à lamentável situação de se tornarem cúmplices e mandatários dos criminosos chefes” federalistas⁴². Ao descrever o conteúdo de violência praticado durante a Revolução Federalista, o poeta sempre apontou os castilhistas como vítimas e seus opositores como algozes, imputando toda a responsabilidade da guerra aos rebeldes e ao seu chefe, Silveira Martins:

E à trágica representação de tão monstruoso drama é que o glorioso Estado do Rio Grande do Sul serve atualmente de teatro, como se fora a hipérbole colossal do Coliseu romano, onde outrora os mártires do cristianismo eram lançados à voracidade das feras!...

[E] onde corre atualmente o sangue de tantas vítimas imoladas à ambição desmedida de um criminoso de lesa-pátria, apeado do poder por seus próprios erros e vícios, cuja perversidade não trepidou em sacrificar à bestialidade feroz de estrangeiros assalariados a honra de tantos chefes de família, a tranquilidade de tantas mães, a castidade de tantas virgens, a cabecinha loira de tantas crianças... degoladas, entre as cinzas dos lares incendiados!...⁴³

⁴² TEIXEIRA, M. 1893. p. 134.

⁴³ TEIXEIRA, M. 1893. p. 331 e 334-335.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

Múcio Teixeira aplaudia a atitude do Marechal Floriano pelo apoio prestado às forças castilhistas, consideradas como a verdadeira e sincera representante dos princípios republicanos; ao mesmo tempo, o poeta descrevia como caótica a possibilidade de vitória dos rebeldes, tendo em vista a heterogeneidade dos elementos que compunham o grupo anticastilhista:

O chefe da dissidência, firme na cidadela de seu passado republicano, não entregaria de novo a sua terra natal ao ex-conselheiro e ex-senador do Império, evitando a segunda edição das deliberações de Bagé, onde a sua *constituição* foi sublinhada de gargalhadas (...).

O díscolo, por sua vez, tendo de prestar contas aos fazendeiros de São Paulo, (...) jamais daria foros de cidade às aspirações dos moços dissidentes, que não contam nas suas fileiras nem a vigésima parte dos separatistas-parlamentaristas capitaneados por Tavares & Salgado.

E o que tocaria, então, aos Gomercindos, Pinas e Cabedas, com o seu exército de mercenários - que só esperam o saque?...⁴⁴

Ao construir sua história sobre as “causas e efeitos” da Revolução Federalista, Múcio Teixeira lançou mão de uma série de fontes ligadas aos castilhistas, como artigos de jornal, mormente da “Federação”, correspondências e manifestos, de modo que Castilhos e seus seguidores são os elementos que têm voz ativa no discurso elaborado pelo poeta, que chegou a transcrever, inclusive na íntegra, diversos pronunciamentos do líder

⁴⁴ TEIXEIRA, M. 1893. p.333-334.

republicano e dedicou um anexo do livro à “Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul”, considerada como a obra máxima do castilhismo. Já a palavra dos rebeldes foi, na maioria das vezes suprimida e, nos raros momentos em que apareceu, serviu para que o autor legitimasse suas asserções quanto aos erros e contradições atribuídos às forças anticastilhistas.

Essa versão de Múcio Teixeira para os fatos que marcaram a formação da República no Rio Grande do Sul refletiam seus interesses políticos e pessoais daquele momento, tanto que o próprio autor, mais tarde, revelaria que se deslocara de volta ao seu estado de origem e passara a apoiar o líder do Partido Republicano Rio-Grandense, uma vez que tal agremiação partidária:

seduzindo-me com a promessa de facilitar-me os meios precisos para eu me vingar das perseguições de Gaspar Martins, aceitei [e] recomecei a minha luta com o grande tribuno do Império, ao mesmo tempo que prestava todo o apoio ao governo de Júlio de Castilhos.⁴⁵

A aliança com o castilhismo, porém, não duraria muito tempo. Tendo em vista um desentendimento quanto à ocupação de um mesmo cargo por dois amigos diferentes, Múcio Teixeira romperia relações com Castilhos e, já como Barão Ergonte, embora reconhecendo a capacidade administrativa do chefe republicano, veio a contradizer muitas de suas opiniões quanto às “causas e efeitos” da Revolução Federalista e,

⁴⁵ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. 2.ed. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920. p. 66.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

ao contrário do que afirmara na sua obra de 1893, imputou a Júlio de Castilhos a culpa pela guerra civil nos primórdios da República, criticando suas atitudes exclusivistas e autoritárias:

[Júlio de Castilhos] cada vez mais entranhado nos círculos de ferro do seu ortodoxo positivismo; negando pão e água aos adversários; só se cercando de quem se prestasse a executar as suas ordens, sem o direito de discuti-las; sacrificando assim o mérito e a competência, para desembaraçadamente impor a sua soberana vontade, orgulhoso e imperativo, parecia dizer como aquele despótico rei de França: - *O Estado sou Eu!* (...)

E nem lhe restava o extremo recurso de poder procurar um porto de abrigo ante o furor crescente da tempestade, que provocou, no oceano encapelado da revolução *federalista*, onde correu risco de afundar-se a desarvorada nau do Estado, sacudida pelos ventos da opinião contrária, que deixavam a maruja desalentada, rotas as velas, desencordoados os mastros, apagadas as caldeiras, o leme sem palinuro, o capitão sem roteiro.⁴⁶

As obras de Múcio Teixeira escritas já no século XX, após a sua ruptura com Castilhos e a retirada do Rio Grande do Sul, de certo modo, tenderam a silenciar sobre a agitação política e militar vivida pelos rio-grandenses após a Proclamação da República⁴⁷,

⁴⁶ TEIXEIRA, M. 1920. p. 69 e 72-73.

⁴⁷ Segundo o poeta: “as guerras civis, além da crueldade que as assoberba, não permitem ao historiador o sagrado direito de prestar culto ao heroísmo, sem ferir melindres de

caracterizando-se também por um retorno à postura monarquista por parte do autor⁴⁸. Para o poeta, a nova forma de governo fora demarcada por uma onda de horrores e crimes e, “tanto nas funestas ditaduras dos generais como nas dos bacharéis” outra coisa não se fizera “senão rasgar a constituição ao capricho das conveniências políticas”⁴⁹.

Assim, mesmo buscando demonstrar que não houve vinculação “entre ideias políticas e o desempenho de cargos públicos”, justificando sua obra na “coerência” de suas posições¹⁸, Múcio Teixeira traduziu através de seus escritos seus anseios e interesses pessoais e/ou profissionais. Republicano de primeira hora, transformou-se em monarquista ao contar com a proteção do Imperador e, já na República, do “português monarquista”; esgotada esta fonte de sustentação, o

patriotismo”. TEIXEIRA, Múcio. *Brasil marcial*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902. p. 415.

⁴⁸ A posição monarquista não fora de todo abandonada nem mesmo à época de apoio ao castilhismo, tanto que, em 1893, apesar de enaltecer o trabalho do líder republicano, o autor afirmava: “vitória sem luta não produz heróis: quando os propugnadores de uma ideia não se batem por ela, ou essa ideia não medra ou a sua realização é efêmera e incompleta. A estabilidade das instituições depende da energia e do sacrifício dos seus adeptos. A República faz lembrar o pelicano que rasga o próprio seio para com o sangue gotejante alimentar seus filhos. Ela surgiu entre nós como a deusa da fábula, saltando da cabeça de Júpiter já armada em guerra. Como Saturno, porém, vai devorando seus filhos...”. TEIXEIRA, M. 1893. p. 261.

⁴⁹ TEIXEIRA, Múcio. *O imperador visto de perto*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1917. p. 166-167 e 217.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

poeta aceitou o convite de Júlio de Castilhos para uma posição na imprensa governista de onde poderia atingir seu inimigo Silveira Martins, convertendo-se, dessa forma em convicto republicano castilhista. A convicção não duraria, porém, a um confronto pessoal com o líder gaúcho e Teixeira, já na virada do século XIX para o XX, retomaria seu caminho de monarquista. Esse caráter utilitarista do autor quanto a suas posturas políticas se faria refletir nos seus escritos históricos.

Nesse quadro, a obra *A Revolução no Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos* insere-se perfeitamente no caráter partidário que marcou os escritos sobre o conflito rio-grandense, notadamente os elaborados durante a República Velha. A contratação/cooptação de Múcio Teixeira por parte de Júlio de Castilhos constituiu-se na busca do apoio de um intelectual que bem soubesse manusear a pena, servindo de munição na verdadeira batalha pelas palavras que, ao lado do confronto bélico, caracterizou o processo de implantação da nova forma de governo no contexto sul-rio-grandense⁵⁰.

⁵⁰ Texto publicado originalmente em: *Anais da XVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998. p. 269-273.

Silveira Martins X Júlio de Castilhos – a personalização do conflito federalista: um estudo de caso

Os confrontos políticos, ideológicos e militares que marcaram a formação histórica sul-rio-grandense à época da transição Monarquia-República, culminando com a deflagração da Revolução Federalista, deixaram enraizadas heranças que se fizeram manifestar durante toda a República Velha. Esses conflitos também tiveram seus reflexos sobre a produção historiográfica a respeito da Guerra Civil de 1893-1895, notadamente nas obras elaboradas durante as primeiras décadas após a luta, de modo que os escritos passaram a traduzir a bipolarização político-partidária que continuou caracterizando a vida rio-grandense.

Este trabalho pretende abordar um desses escritos, através do estudo da obra *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*, publicada em 1908 por Victor de Britto. Nesse livro pode-se observar uma das características daquela produção historiográfica que foi a personalização do conflito na figura dos líderes revolucionário e governista. Na primeira parte, intenta-se destacar alguns aspectos biográficos do autor, a sua visão de história e a sua forma de fazer história. Na segunda, objetiva-se analisar as posições do autor quanto à Revolução Federalista, a Gaspar da Silveira

Martins e a Júlio de Castilhos, bem como abordar os elementos que o identificam com um dos lados do conflito.

O autor e seu objeto de trabalho

Victor de Britto nasceu em Valença (Bahia) a 15 de outubro de 1856 e faleceu em Porto Alegre a 24 de outubro de 1924. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1878, clinicando em sua terra natal até 1891. Nesse ano, transferiu-se para a cidade gaúcha de Pelotas e, em 1902, foi para Porto Alegre. O médico baiano dirigiu a Casa de Saúde Porto-Alegrense e foi cofundador da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, na qual foi vice-diretor e docente. Foi ainda cofundador da Sociedade de Medicina de Porto Alegre e membro da Academia Nacional de Medicina.

Politicamente, foi Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, entre 1912 e 1914 e, como escritor, além de uma série de trabalhos envolvendo sua área de formação, escreveu *O sufrágio universal e a democracia representativa* (1903), *Paradoxos do gênio* (1906), *A Reforma do Ensino* e *A Personalidade Olavo Bilac* (1916)⁵¹. Treze anos após o encerramento da Revolução Federalista, Victor de Britto publicou seu “estudo crítico de filosofia política” sobre as duas lideranças das forças em

⁵¹ Dados biográficos obtidos a partir de: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 106. e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre, “A Nação”, Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 96.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

confronto durante a guerra civil⁵², tendo por intento realizar um “breve trabalho de síntese”, destacando:

as individualidades de Gaspar Martins e Júlio de Castilhos em suas relações com os altos problemas sociais, em que mais ativamente se agitaram seus espíritos no cenário político nacional: em nome de que ideias se apresentaram, como se desempenharam nos papéis que a Fortuna lhes cometeu; qual o juízo de seus coevos e o da Posteridade (...); quais os feitos que os enalteceram e os legados que deixaram à Pátria; quais os corolários (...) da influência por eles exercida nos destinos do Rio Grande do Sul.⁵³

Ao considerar que “cada povo tem sua história, porque tem um passado, porque é produto de uma evolução no tempo e no espaço”, o autor se propunha escrever “dentro dos limites intransponíveis da verdade e dos ditames da crítica imparcial”, de modo que essa verdade haveria de “sobrenadar ao oceano das paixões, na serenidade das consciências”⁵⁴. Essa suposta imparcialidade vem ao encontro de um dos componentes de muitas das obras sobre a Revolução Federalista, nas quais os “autores tentaram pautar, justificar e legitimar seus escritos em um suposto

⁵² BRITTO, Victor de. *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de filosofia política*. Porto Alegre, Livraria Americana, 1908.

⁵³ BRITTO. p. 10-11.

⁵⁴ BRITTO. p. 5, 10 e 58.

fundamento de ‘verdade histórica’⁵⁵, ficando, porém, limitada pelo partidarismo que marcou esses mesmos escritos.

Uma das formas de abordagem típica de obras sobre a Revolução de 1893, a personalização do conflito⁵⁶, é a característica marcante do trabalho de Britto, na qual se faz presente uma supervalorização do papel do indivíduo na história, em uma verdadeira mitificação da figura do herói, dos “grandes homens”, atuando como “instrumentos” do progresso e da civilização e agindo até o extremo do “sacrifício” pessoal em nome do bem comum:

⁵⁵ ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista e “verdade histórica”*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande, Universidade do Rio Grande, 1996. p. 88-89. A “verdade histórica” também é encontrada como justificativa em escritos sobre a Revolução de 1893 como: ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília, Ed. da UnB, 1983. p. 3-5. DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1992. p. 1 e 421. HASSLOCHER, Germano. *A verdade sobre a Revolução*. Porto Alegre, Livraria Mazeron, 1894. p. 3, 5-6 e 90. VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1897. p. 5-7. e CARVALHO, Antônio Augusto. *Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul*. Montevideu, Imprensa El Siglo Ilustrado, 1895. p. 7-9.

⁵⁶ Conforme: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas*. In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande, Ed. da FURG, 1993. p. 67.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

Cada país, cada pátria vale no concerto mundial pela soma dos valores de seus grandes homens. (...)

É [uma] virtude instintiva, automática, alimentada pelo fogo sagrado na alma de certos homens, que gera os verdadeiros heróis do patriotismo. Arquitetos originais dos monumentos da História, parecendo fazer obra para si, (...) trabalham para os outros ou para a Pátria. O que lhes cabe é sempre uma diminuta fração; quando alguma coisa lhes toca⁵⁷.

Na obra de Britto há uma constante presença de um determinismo sociológico⁵⁸, concebendo a história como o estudo do “homem social”, ou seja, aquele cuja “verdadeira missão no planeta” era “viver em comum para a organização dos grandes agrupamentos humanos que são os povos”⁵⁹. Desse modo, essa interpretação baseada no determinismo sociológico, encontra-se

⁵⁷ BRITTO. p. 15.

⁵⁸ Sobre o determinismo sociológico, Moacyr Flores afirma: “O pensamento de Durkheim trouxe poucas modificações no pensamento histórico no Rio Grande do Sul, o texto continuou a ser uma descrição, onde a influência do meio geográfico passou a ser substituída pelo determinismo dos fatos sociais. Tentando seguir a teoria de que todo o conhecimento se adquire através da observação dos fatos sociais, tratados como coisas, os nossos historiadores trabalham com as categorias de coragem, independência, hospitalidade, religiosidade, democracia, sem se preocuparem com as funções das instituições ou grupos sociais”. FLORES, Moacyr. *Historiografia: estudos*. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1989. p. 41.

⁵⁹ BRITTO. p. 5.

articulada com a visão do autor sobre a preponderância do papel do indivíduo na história:

Impelido por um móvel poderoso, o reformador [de uma sociedade] aproveita o concurso dos fatores determinantes e, de acordo com eles, influencia as multidões, que o acompanham com a inconsciência e a instintividade dos reflexos, dos quais ele é o centro atuando sob a inspiração de um poder superior.⁶⁰

Assim, para Victor de Britto, Gaspar da Silveira Martins e Júlio de Castilhos, aparecem como os agentes de um “determinismo social” que, por sua vez, teria levado ao desenrolar da Revolução Federalista.

A Revolução Federalista, Silveira Martins e Júlio de Castilhos na visão de Victor de Britto

Ao referir-se à Revolução Federalista, Victor de Britto defendia um certo silêncio sobre seus acontecimentos, assumindo uma posição que se repetiria em muitos dos escritos sobre esse conflito rio-grandense, optando pela omissão, no intuito de aplacar as rivalidades:

Corremos o véu sobre essa página lutuosa de nossa história.

Tristes intuitos seriam os meus e tarefa condenável seu eu viesse, neste momento em que o Rio Grande

⁶⁰ BRITTO. p. 57.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

vai colhendo os frutos de uma paz fecunda e duradoura, revolver cinzas que dormem no silêncio eterno dos túmulos.⁶¹

O autor destacava, no entanto, a necessidade de abordar os efeitos daquela Revolução, tendo em vista desmentir muitas das versões até então apresentadas, as quais, segundo ele, eram “exageradas pelas paixões políticas ainda não sopitadas, sempre desfavoráveis à dignidade e ao caráter do povo rio-grandense”. Assim, apesar de apontar as “tristes consequências das guerras civis”, o autor justificava os acontecimentos de 1893, explicando que as revoluções eram inerentes à formação das sociedades, citando os exemplos das Revoluções Inglesa e Francesa e considerando como preponderantes “a espantosa explosão de heroísmo” e “os imensos ímpetos de abnegação e sacrifício”, os quais, para ele, caracterizavam os movimentos insurrecionais⁶².

De acordo com suas concepções, Britto apresentava a Revolução Rio-Grandense de 1893, como fruto de um “determinismo social”:

Como todas as verdadeiras revoluções, estados mórbidos agudos da sociedade, a Guerra Civil de 93 no Rio Grande teve sua gênese obediente ao determinismo social (...).

Ninguém faz uma revolução porque a quer fazer. E, às vezes, aqueles mesmos que menos a desejam são levados a realizá-la por um móvel imperioso, que lhes atua os centros da vontade, tornando-os verdadeiros autômatos de uma causa (...).

⁶¹ BRITTO. p. 23.

⁶² BRITTO. p. 23-8.

Daí a Revolução Rio-Grandense, produto dessas mesmas leis do determinismo social, invocadas para a explicação de tanta coisa, e que nunca encontraram talvez oportunidade mais propícia para se fazerem compreender.⁶³

Nesse quadro, os dois líderes que constituem o cerne do trabalho de Britto aparecem como personalidades fundamentais ao desencadeamento do processo revolucionário, estando, no entanto, vinculadas àquele determinismo.

Gaspar da Silveira Martins aparece como “o maior dos heróis da tribuna brasileira”, descrito a partir dos dotes físicos – “seu corpo tinha a compleição dos atletas, sua cabeça representava o tipo mais bem esculpado da beleza máscula, sua fronte espaçosa deixava adivinhar as proporções de um cérebro de colosso da inteligência” – e dos atributos de sua índole, caracterizada “por um caráter altivo e nobre, franco e expansivo, e por um temperamento fogoso, o temperamento desse povo rio-grandense que ele enalteceu e personificou”. Nessa linha, o autor destacava que o líder liberal deixava transparecer um “orgulho de ser mais rio-grandense que brasileiro”, personificando a “alma gaúcha” e pretendendo uma “riograndenização” do Brasil, através da conquista de uma “supremacia do Rio Grande na política nacional”⁶⁴, benéfica, na opinião de Britto.

Victor de Britto, na intenção de defender o caráter de Silveira Martins, eximia-o das acusações de

⁶³ BRITTO. p. 33 e 61.

⁶⁴ BRITTO. p. 13-4 e 16-7.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

restaurador, “ambicioso e vulgar”, opinando que o chefe liberal só poderia ser assim visto “através do prisma das paixões e dos ódios”. Considerando o tribuno rio-grandense como o detentor do “poder da dialética”, o autor assegurava-lhe “o lugar de honra entre os maiores vultos do Brasil”⁶⁵.

Júlio de Castilhos, por sua vez, era enaltecido como “o maior estadista do Rio Grande” e “a maior individualidade do Brasil Republicano”, aparecendo também como o “evangelizador da República”⁶⁶, através de sua atuação como escritor público:

Não tinha qualidades de orador, mas, em compensação, possuía todos os predicados dos grandes escritores; caracterizava o verdadeiro tipo do polemista, do jornalista de combate.

Conhecedor profundo dos segredos do idioma vernáculo, seu estilo era de um aticismo inexecdível. Ninguém neste país escrevia com mais pureza, com mais sobriedade e elegância.⁶⁷

Para Britto, a rivalidade Silveira Martins e Júlio de Castilhos representava a disputa entre os “melhores” homens, respectivamente, da Monarquia e da República; de um lado, “o sociocrata, portador do ideal da organização do Estado sob as bases doutrinárias de A. Comte”, do outro, aquele que “personificava as ideias democráticas e o tradicionalismo parlamentar”. Na visão do autor, a decisiva participação das duas lideranças na Revolução Federalista estava também condicionada a

⁶⁵ BRITTO. p. 14, 20 e 31.

⁶⁶ BRITTO. p. 8 e 42.

⁶⁷ BRITTO. p. 38.

um determinismo, considerando que, diante do conflito, o tribuno liberal era um “automato”, dominado “por uma força superior, que o impelia a aceitar uma solução que ele havia formalmente condenado por impatriótica e desastrosa”; e, para Castilhos, a Guerra Civil teria sido a “sua taça de fel”, tragada “com a coragem e a resignação estoica dos que têm no peito o fogo sagrado do heroísmo”⁶⁸. Dessa maneira, a complexa transição Monarquia-República, no Rio Grande do Sul, era assim resumida e simplificada:

Filhos da mesma pátria, nascidos em datas bem distantes, dotados de índoles opostas, mas irmanados na intensidade do patriotismo, iguais na fidelidade a suas doutrinas, no amor extremoso a seus ideais, quis o tribunal supremo da Fatalidade que ambos se encontrassem (...) para disputarem o maior quinhão de glórias com que o Rio Grande do Sul há de concorrer para o esplendor da História do Brasil contemporâneo.⁶⁹

Mesmo tentando legitimar sua obra a partir de uma pretensa imparcialidade, Victor de Britto incorreu em uma das práticas mais comuns nos escritos de então sobre a Revolução Federalista – o partidarismo⁷⁰. A

⁶⁸ BRITTO. p. 34, 59 e 61.

⁶⁹ BRITTO. p. 8-9.

⁷⁰ Segundo Moacyr Flores, diante dos ferrenhos confrontos, à época da Revolução Federalista, “não era possível o indivíduo permanecer neutro, ou era a favor ou era contra”. FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In: FLORES, M. (org.). *1893--95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993. p. 118.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

identificação do autor com um dos lados do conflito não se apresenta de forma amplamente aberta, se comparada com boa parte dos pronunciamentos de então, e seu partidarismo é, muitas vezes, dissimulado, aparecendo de modo velado através do texto.

De acordo com Britto, “o Brasil monárquico representava um desvio da evolução histórica”, considerando-o como “o colosso-parasita, debruçado sobre o Atlântico”. Essa posição crítica quanto à Monarquia, apontada como “parasitária e anacrônica”⁷¹, vinha ao encontro do pensamento republicano rio-grandense à época do castilhismo. Segundo o autor, Júlio de Castilhos, ao combater a forma monárquica, fora fundamental para a sincronização das instituições brasileiras:

Júlio de Castilhos ambicionava a derrocada da Monarquia, porque só a República era compatível com a civilização de nosso tempo; porque na América não havia mais lugar senão para a República; e a Pátria Brasileira tinha de ser republicana.⁷²

Outro elemento que identifica Britto com o castilhismo é a forma pela qual ele tratava as oposições rio-grandenses, notadamente os liberais, no período de fermentação revolucionária, elaborando uma comparação entre o Partido Liberal, com Silveira Martins no exílio, e o partido de Júlio de Castilhos:

⁷¹ BRITTO. p. 38 e 44.

⁷² BRITTO. p. 39.

O Partido Liberal, inopinadamente afastado de seu chefe, aí ficou desorientado (...) a rolar, a vagar, à mercê das ondas, sem norte, sem destino, à espera de um encontro da Providência. (...)

E, enquanto o Partido Liberal tateava nas trevas, o Partido Republicano Rio-Grandense organizava-se, vivificava-se, fortificava-se, dirigido por uma grande cabeça, orientado por uma bússola: Júlio de Castilhos.⁷³

Nessa linha, Britto considerava que, ao tentar a retomada do poder, após o retorno do exílio, Silveira Martins “iludiu-se, acreditando na possibilidade de reivindicar a supremacia perdida, oferecendo combate a seu poderoso adversário”, de modo que, na impossibilidade de um acordo, “o facho da revolução incendiou o Rio Grande do Sul e estendeu ao Brasil inteiro suas desastrosas consequências”⁷⁴.

Além disso, no texto de Victor de Britto, há uma constante preocupação em justificar as atitudes de Júlio de Castilhos. A respeito da busca de novos adeptos ao republicanismo, nos primórdios do movimento, o autor enalteceu “o esforço e a habilidade” com que Castilhos “procurou e conseguiu aumentar a falange de intemeratos republicanos rio-grandenses”. Já o radicalismo castilhista na prática de um exclusivismo partidário, foi traduzido por Britto como coerência política, ao afirmar: “nunca um estadista manteve atitude mais sincera, coerência mais completa com suas

⁷³ BRITTO. p. 21-2.

⁷⁴ BRITTO. p. 22.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

convicções, fidelidade maior a seus intuitos, obediência mais severa às lições recebidas”⁷⁵.

De acordo com o pensamento do autor, as atitudes autoritárias e o controle absoluto do aparelho do Estado por parte de Castilhos, estavam plenamente legitimados, pois “era preciso preparar em suas leis a coiraça contra os projéteis da oposição, fazer da organização partidária a guarda avançada da Constituição e educar na intransigência e na fidelidade aos princípios os continuadores” da obra castilhista, tornando-a “duradoura”. Dessa forma, Britto defendia: “o autor da Constituição de 14 de Julho não foi o instrumento de uma paixão; foi o escravo de um ideal”⁷⁶.

Britto destacava o valor da Constituição Rio-Grandense, o grande alvo da insatisfação das oposições gaúchas, utilizando como argumento o próprio período de sobrevivência da mesma, o qual fora “suficiente para provar sua viabilidade e ir estabelecendo novos hábitos, novos costumes na vida de um povo”⁷⁷; e, mais uma vez, justificava a tendência autoritária da política castilhista:

Não há uma só das grandes reformas ou revoluções sociais, para a realização da qual seu autor tenha consultado a opinião dos povos ou procurado perscrutar as condições de receptividade do meio destinado a recebê-la. (...)

De outro modo se não originou a Constituição de 14 de Julho, parte integrante da construção política de Júlio de Castilhos.⁷⁸

⁷⁵ BRITTO. p. 43 e 45.

⁷⁶ BRITTO. p. 46-7.

⁷⁷ BRITTO. p. 55.

⁷⁸ BRITTO. p. 57.

Para o médico baiano, os historiadores deveriam estar a disposição de Júlio de Castilhos para gravar “em primores de estilo, nessa perpetuidade da imprensa, verdadeira radiografia do pensamento através dos séculos, a grandeza de seus feitos nos anais da civilização brasileira”⁷⁹, indicando, assim, qual a sua visão a respeito da função do historiador que lidasse com a Guerra Civil de 1893.

Assim, apesar da busca de uma isenção com relação às duas forças em conflito, embasada no enaltecimento das virtudes dos líderes de ambas, Victor de Britto não deixou de ser partidário, ao sustentar e justificar algumas das práticas políticas de Júlio de Castilhos e deixando transparecer certa identidade de seu pensamento com os ideais castilhistas.

A obra de Victor de Britto se insere no quadro da produção historiográfica sobre a Revolução Federalista elaborada nos anos recentes à deflagração do conflito, quando, mesmo pacificado, o Rio Grande do Sul vivia as sequelas da guerra civil, com a continuidade, no campo político e ideológico, das hostilidades e ódios partidários e pessoais, reproduzindo-se, assim, em seus escritos, algumas das características pertinentes às tendências dessa época.

Mesmo sem formação histórica e com uma produção bibliográfica mais voltada à sua área profissional, situação comum à boa parte daqueles que então historiavam a Federalista, o médico baiano

⁷⁹ BRITTO. p. 65.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

dedicou-se a descrever a atuação das duas grandes lideranças do confronto de 1893-95. Apesar de lançar mão de um estilo diferenciado com relação às tradicionais biografias da época, o “estudo crítico de psicologia política” a que Britto se propunha, limitou-se ao enaltecimento das virtudes e qualidades de caráter de Silveira Martins e Júlio de Castilhos.

Dessa forma, a abordagem do autor reduz o conflito federalista ao embate entre seus dois líderes, em uma personalização do confronto, dimensionando-o à altura da atuação dos “grandes” indivíduos, em verdadeiro culto, que, por sua vez, conduz à mitificação da figura do herói. Para Britto, porém, o papel preponderante desses “grandes” homens encontrava-se condicionado por uma força superior, de modo que o herói aparece como o agente de um determinismo social.

A concepção determinista do autor aparece, no entanto, como uma simplificação dos condicionantes históricos, de maneira que a proposta de uma explicação científica baseada em uma “psicologia dos acontecimentos sociais” surge como um critério difuso e pouco definido, pelo qual os fenômenos sociais ocorrem por si, ou movidos por uma força superior. A obra de Britto, apesar de diferenciar-se de suas contemporâneas, por não ser radicalmente partidária, também demonstra uma identidade com um dos lados do conflito, no caso, com o castilhismo.

Apesar de enaltecer as virtudes tanto de Silveira Martins, quanto de Júlio de Castilhos, caracterizando o conflito federalista, como a oposição entre o tribuno-orador contra o escritor-polemista e jornalista de combate, o autor limita-se a defender o caráter do primeiro, já com relação ao segundo, além disso, justifica

as atitudes. Nesse quadro, Silveira Martins era apontado como o “maior valor” da Monarquia, enquanto que Castilhos era encarado como figura incomparável e a “maior individualidade” do Brasil republicano; na definição de duas épocas diferentes, a do “Rio Grande hodierno”, referindo-se a tal líder, e a do “Rio Grande monárquico”, em uma referência aquele. Dessa maneira, Britto demonstrava que, na sua opinião, com a nova forma de governo, o tempo de Silveira Martins havia passado, sendo a sua liderança ultrapassada e substituída por um comando incontestado de Júlio de Castilhos. Assim, o complexo processo de transição Monarquia-República, no Rio Grande, do Sul, foi simplificado e reduzido por Victor de Britto ao desencadeamento das forças de um determinismo social, traduzido e personificado nas duas individualidades que constituíram seu objeto de trabalho⁸⁰.

⁸⁰ Texto publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 1997, v. 9, p. 35-44.

“Brasilidade X platinidade”: a construção historiográfica acerca das revoluções sul-rio- grandenses

A formação histórica do Rio Grande do Sul foi profundamente influenciada pela sua posição geográfica – mais do que uma zona de fronteira, um caminho aberto em direção a seus vizinhos platinos e separado daqueles por limites instáveis e variáveis ao longo do tempo. Nesse quadro, os processos revolucionários ocorridos nas terras gaúchas apresentaram significativas similitudes geo-históricas com o Prata, além de uma constante interpenetração de elementos humanos e materiais nas revoluções de parte a parte. Nesse contexto, a historiografia tradicional atuou decisivamente na criação de identidades para aqueles processos, elegendo alguns dos movimentos como apanágio da nacionalidade brasileira e relegando outros a um segundo plano, menosprezando-os e aproximando-os das “caudilhescas” rebeliões platinas. Esse discurso historiográfico esteve inserido em um processo de criação de identidades nacionais/nacionalistas típicas da conjuntura brasileira, latino-americana e mundial das décadas de 1920 a 1950 e constitui-se no objeto de estudo deste trabalho, tomando por base as interpretações/descrições históricas entabuladas a partir da historiografia tradicional gaúcha

acerca de alguns dos processos revolucionários que marcaram a formação histórica rio-grandense. Nesse quadro serão analisados os discursos historiográficos empreendidos a respeito da Revolta dos Dragões e das comparações realizadas quanto à Revolução Federalista e a Revolução Farroupilha. Nesse quadro a Farroupilha é reconstruída historicamente como a pedra de toque da evolução histórica sul-rio-grandense, tornando-se para a historiografia tradicional um verdadeiro referencial para as interpretações sobre todos os outros movimentos rebeldes ocorridos no Rio Grande do Sul.

A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreender-se – em uma preocupação de totalidade – esse passado. Na historiografia estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das ideias desfigurará com o passar do tempo. A historiografia, de produção intelectual, passa a vestígios de um determinado acontecer para quem a analise; portanto, o conhecimento histórico observado a partir de uma perspectiva de historicidade em processo torna-se objeto de análise ou história-processo no plano do vestígio escrito. Fazer ciência da historiografia exige procedimentos a partir das motivações e da contemporaneidade das novas gerações, porém, utilizando categorias pertinentes ao objeto. Em outras palavras, os homens refazem continuamente a história partindo da organização material no cotidiano de uma determinada sociedade e rescrevem a historiografia. Ao realizarem releituras do conhecimento com base no saber historiográfico, rumam para novos momentos em que o presente será historiografia: um objeto de tensões e

críticas a ser recriado pelas gerações futuras (Alves & Torres. p. 11).

A “primeira” revolta gaúcha e a gênese do “espírito revolucionário” sul-rio-grandense

A Revolta dos Dragões, ocorrida em 1742, refletiu as amplas dificuldades pelas quais passaram os primeiros habitantes do Presídio Jesus-Maria-José, origem da cidade do Rio Grande, percalços esses promovidos, mormente a partir das penosas condições de infraestrutura e de abastecimento da recém-fundada povoação. Os dragões, regimento especial que atuava como cavalaria ou infantaria que serviu à defesa do novo povoamento, rebelaram-se tendo em vista à rigorosa disciplina e à repressão dos oficiais superiores, bem como à falta de mantimentos, fardamentos e o grande atraso de seus soldos. Refletia-se, assim, dentre os militares, os graves obstáculos enfrentados pelo conjunto da comunidade, constituindo-se a revolta, nesse sentido, em um movimento de conteúdo social que, inclusive, contou com o apoio de significativa parte da população. Ao longo do período transcorrido entre o final da década de 1920 e a segunda metade do decênio seguinte, uma série de trabalhos foram publicados a respeito dos dragões e da rebelião por estes promovida nos primórdios da ocupação portuguesa no território sul-rio-grandense.

Tais ensaios foram elaborados por alguns dos principais representantes da produção histórico-intelectual de então, como Aurélio Porto, Walter

Spalding, João Borges Fortes, Fernando Luiz Osório e Jônatas da Costa Rego Monteiro, e, na forma de estudos de caso, permitem uma análise dos fundamentos historiográficos que orientaram a realização desses escritos. A temática dos dragões e da revolta por eles entabulada foi interpretada, nos anos vinte e trinta, sob o prisma da historiografia tradicional (ver Torres, 1992. p. 97-8), caracterizando-se, geralmente, pela abordagem do particular pelo particular; por uma atitude de contemplação do passado; pela supervalorização do papel do indivíduo como agente transformador da história; pela busca de um estudo neutro dos fatos; e pela narração linear dos acontecimentos. Além disso, esses textos se inseriram na construção de um discurso historiográfico lusitano (ver Gutfreind. p. 37-113; e Torres, 1998. p. 13-67), cujas análises visam explicar a evolução histórica gaúcha tendo a sua essência e seu elemento motor exclusivamente orientados pela formação luso-brasileira.

De acordo com tal tendência historiográfica, os dragões aparecem como verdadeiras lendas, símbolos do Rio Grande do Sul e de seu povo, sendo glorificados, heroificados e até mitificados. Nessa linha, os autores referem-se a “esses lendários dragões”, os “primeiros soldados mártires do Rio Grande, esses primeiros rio-grandenses soldados, radicados à gleba, que infundiram aos heróis desse pago a primeira lição de fidelidade e, ao mesmo tempo, de valor e energia” (Spalding, 1937. p.137, 152-153). Os militares são também apresentados como um “símbolo admirável”, o do “Dragão do Pampa”, ou seja, o “primeiro soldado rio-grandense, soldado do sonho e da lenda, que se atirou aos trabalhos do campo e às lides marciais”, verdadeiras

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

“águias com asas de minuanos, no alado zelo dos dragões da lenda, nas fronteiras abertas do Brasil”. Segundo esses escritores, os dragões representavam “a coluna mestra da civilização do Rio Grande”, simbolizando “o Rio Grande heroico, o sentimento da terra, o idealismo e a grandeza da raça” e constituindo-se no “paladino intrépido da novel unidade política, defensor incansável do Continente, fecundo instrumento propulsor da civilização do Rio Grande” (Osório. p. 169-172), de modo que “ninguém melhor simboliza o Rio Grande de todos os tempos” como os membros do regimento gaúcho de dragões. (Porto. p. 3).

Nessa perspectiva, aos dragões é também atribuída a gênese da figura do gaúcho, afirmando-se que foi à época deles “que se criou, nas campanhas do sul, esse tipo que se tornou lendário - o gaúcho - guarda indefectível da fronteira, batedor formidável da savana, posto ali como antemural”, constituindo-se na “alma do Rio Grande do Sul” (Spalding, 1936. p. 236). O dragão é, assim, apontado como a “figura lendária de soldado que estratifica as mais nobres tradições gaúchas”, formando “este tipo característico da nação, o vencedor indomável do pago, - o gaúcho, meio selvagem, meio bárbaro, nas facetas do seu caráter inquebrantável da sua altivez de ‘monarca’ do seu fanatismo pela liberdade”, formando-se, através dele, “a verdadeira, a genuína alma rio-grandense” e plasmando-se, “no seu tipo primitivo, o caráter gaúcho” (Porto. p. 3).

Na concepção desses historiadores, os dragões são apresentados como precursores na defesa do território e no alargamento das fronteiras sul-rio-grandenses, tendo em vista que tal “formação militar se esmerou e batalhou, não só pela defesa do território,

como também para aumentá-lo, no decorrer dos tempos” (Monteiro. p. 127). Como “sentinelas avançadas da Pátria”, os dragões teriam lutado, “gizando novas fronteiras, pela integridade da terra, muralhando com o peito varonil, as lindes meridionais” do país. Nesse contexto, é também destacada a importância dos dragões para o processo de ocupação territorial no Rio Grande do Sul, pois o mesmo espalhara-se “por toda parte no território rio-grandense”, promovendo “o povoamento de mais de dois terços do Rio Grande, na sua expansão”, ao tornar-se “o agricultor que deixa a um canto do rancho a clavina de pederneira e lança-se à rabiça do arado” (Porto. p. 3); em uma “obra meritória que os radicaria para sempre ao solo sagrado da terra que lhes viu os sofrimentos e as dores” (Spalding, 1937. p. 159-160).

Na mesma linha, os militares são apontados como responsáveis na gestação da aristocracia gaúcha, destacando-se que “o dragão é o formador das clãs rurais”, ou seja, “o criador, que funda no solar das estâncias, o patriarcado rio-grandense”, tornando-se “um núcleo local de famílias de elite”, de modo que, “em sua grande maioria, as atuais famílias do Rio Grande, aquelas que mais atuaram no passado e mais se distinguem no presente, têm por tronco o velho soldado gaúcho” (Porto. p.3). Nesse sentido, explica-se que “foi, sem dúvida, esse glorioso regimento de dragões que plasmou, na sua caserna, o soldado rio-grandense”, pois dali “saíram os Pereira Pinto, os Mena Barreto, os Rodrigues Barbosa, os Alencastre, os Corrêa da Câmara e, enfim, todos esses que, com orgulho, a história, não só a do Rio Grande do Sul, mas do Brasil registra” (Spalding, 1936. p. 236).

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

Quanto aos fatores promotores da Revolta dos Dragões, os autores buscam se concentrar na situação de penúria passada pelos soldados, em sua “tarefa infinita de levantar trincheiras, de construir muralhas, de transportar materiais escassos, de defender postos”, tendo de enfrentar “o inimigo próximo que os ameaçava permanentemente”; além de suportar os “requintes de crueldade” de seus superiores que lhes “ofendiam os brios humanos e a dignidade de soldados”; além da falta de soldos, fardamentos e alimentação, em uma “vida de sacrifícios, de misérias, de angústias”. Diante dessa situação, argumenta-se que “aquele surto de rebeldia era justo, humano, iluminado pela bondade divina”, ainda mais que os militares, mesmo rebelados, em uma prova de seu “patriotismo”, não teriam abandonado suas funções de defesa do território, de modo que, “aparentemente fora da lei, eles cumpriam os seus deveres de guardas da bandeira de sua Pátria, de defensores das linhas confiadas ao seu valor, de depositários da honra militar” (Borges Fortes. p. 2).

A rebelião promovida pelos dragões em 1742, aparece entre tais historiadores como a inauguradora de uma tradição revolucionária dos rio-grandenses que viria a se repetir ao longo da formação histórica gaúcha. Nesse sentido, esses autores buscam estabelecer uma correlação entre a “primeira revolução que se fez em território sul-rio-grandense” (Spalding, 1937. p. 137) e a Revolução Farroupilha, ao identificar em ambas a luta da liberdade contra o autoritarismo. De acordo com essa concepção, ao se revoltar, os dragões “decidiram não obedecer mais aos tiranos todos firmes na revolta contra a opressão”, uma vez que “a lei exigia-lhes muito; prometia-lhes tudo; o governo falhava-lhes também com

tudo e maltratava, aviltava e sacrificava” (Borges Fortes. p. 2). Já o perdão concedido pelas autoridades lusas é comparado à *paz honrosa* dos farrapos, ao entabular-se a explicação de que os dragões foram “melhor tratados depois da ousada rebelião”, bem como “olhados com mais respeito pelos Vice-Reis do Brasil”, que “reconheceram, afinal, que eram eles os legítimos baluartes da defesa das fronteiras do Sul”. Assim, segundo eses escritores, “a história se repete” (Spalding, 1937. p.153 e 160), e, no “primeiro levante no Rio Grande do Sul”, os dragões “calcaram a lei para firmarem o direito” (Borges Fortes. p. 2).

A tendência historiográfica luso-brasileira para explicar a formação histórica rio-grandense também se manifesta nesses escritos sobre os dragões. Em oposição à platinidade como pressuposto explicativo à formação gaúcha, de acordo com aquela tendência, afirma-se que a ação dos dragões em muito contribuíra à ocupação lusitana do Brasil Meridional, mormente na edificação das estâncias, “que tanta influência tiveram na vida desta gleba que muitos ainda teimam em dizer castelhana” (Spalding, 1937. p. 138). Nessa linha, os dragões aparecem como os “heroicos fundadores do povo continentista”, os “plasmadores da alma gaúcha” (Porto. p. 3) que, ao lado de outros segmentos, serviriam para confirmar a premissa de que a matriz luso-brasileira fora a única a ter um real, direto e objetivo papel na constituição populacional do Rio Grande do Sul. Assim, destaca-se que era “útil aos destinos sociais do Brasil” buscar “as raízes portuguesas dos seus grandes homens, que representam as razões étnicas e culturais na Sul-América”, de maneira que seria “um título de honra para os filhos do Continente descender

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

dos Lagunistas, dos Dragões, dos Colonistas ou dos Ilhéus Açorianos, origem do famoso Estado do Rio Grande, cuja população vivaz e progressiva é uma das glórias da nossa raça” (Osório. p. 173 e 184).

Assim, a historiografia tradicional, ao longo das décadas de vinte e trinta buscou resgatar a figura dos dragões e a revolta por eles promovida como um elemento constitutivo fundamental à formação da terra e do povo sul-rio-grandenses. Nesse quadro, o dragão foi estereotipado como o herói, a lenda viva, que levou a um bom termo o processo de conquista territorial, pois, como soldado, fora o defensor e entabulou o avanço das fronteiras e, como agricultor, trabalhara pela fixação do homem ao solo conquistado. Essa visão do regimento de dragões como o responsável pelo avanço das fronteiras nacionais constitui uma construção histórica de recorrência comum aos trabalhos dos historiadores tradicionais, no conjunto da historiografia brasileira, ao eleger-se o bandeirante como o indivíduo a frente do seu tempo que, nos seus atos, antecipara a ação da conquista do território nacional. Nessa linha, para os historiadores gaúchos, o dragão representava a versão sul-rio-grandense do bandeirante paulista, que junto aos outros segmentos luso-brasileiros como lagunistas e açorianos executara significativo papel para a edificação do Rio Grande do Sul.

Para os autores desses ensaios, a Revolta dos Dragões fora um movimento de cunho exclusivamente militar, não sendo abordado todo o conteúdo social que marcou o movimento, tendo em vista o apoio do conjunto da população que também padecia das mesmas dificuldades intrínsecas aquele recém-fundado povoamento. Segundo esses escritores, a rebelião

promovida em 1742 representava também o movimento que inaugurava o “espírito” revolucionário e reivindicador dos gaúchos que viria a se repetir, no futuro, em uma direta relação com a Revolução Farroupilha, ao destacar a justeza do movimento da “liberdade” contra a “tirania”; o direito à revolução contra os governantes opressores; o patriotismo e a fidelidade à nação dos promotores da revolta; e a pacificação com honra, diante da estratégica posição ocupada pelos rio-grandenses na manutenção da defesa das fronteiras. Além disto, as possibilidades de conversão à Coroa Espanhola – que chegou a ser cogitada entre os rebelados – foi relegada por esses historiadores, que não podiam admitir qualquer inter-relação com o contexto platino. Assim, os historiadores rio-grandenses, entre o final dos anos 1920 e o decênio seguinte, plasmaram para os dragões a imagem do herói mítico e lendário que trouxera em si o gérmen da “alma gaúcha”.

A revolução “ideal e brasileira” em contraponto com a revolução “platina caudilhesca”: Farroupilha X Federalista

As contradições e conflitos políticos prementes no Rio Grande do Sul à época da transição Monarquia – República não foram resolvidos com a deflagração, o desenvolvimento e mesmo após a pacificação da Revolução Federalista, ao contrário, as divergências partidárias agravaram-se ainda mais após a vitória de Júlio de Castilhos que, sucedido pelo seu herdeiro

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

partidário Borges de Medeiros, iriam dominar o governo rio-grandense ao longo de quase toda a República Velha. Desse modo a Revolução de 1893 não se encerrou em si mesma, deitando raízes profundas que viriam a se manifestar ao longo das décadas seguintes, inclusive com a eclosão de novos focos revolucionários. Nessa linha, ódios, paixões e violências caracterizaram o cenário político sul-rio-grandense durante os primeiros tempos republicanos e esses elementos marcariam decisivamente a produção intelectual e historiográfica entabulada a respeito da vida gaúcha durante os primórdios da nova forma de governo.

Nesse sentido, a historiografia produzida acerca da Revolução Federalista foi, durante longo período, entranhada daquele conteúdo de profundas divergências políticas e ideológicas⁸¹. Caracterizaram-se, assim, as obras mais recentes em relação ao deflagrar do movimento pelo partidarismo, pois a guerra civil provocara um acirramento de ânimos irremediável entre as forças em disputa e esses conflitos transpuseram-se para os escritos sobre aqueles acontecimentos, que, até significativa parte do século XX, foram realizados por elementos ligados ou ao castilhismo-borgismo ou aos representantes das frentes anticastilhistas. Ao longo de pelo menos duas décadas, as narrações/descrições/interpretações acerca dos acontecimentos inerentes à Revolução Federalista foram

⁸¹ Sobre a produção historiográfica a respeito da Revolução Federalista, ver: Piccolo. p. 65-82.; Flores, 1993. p. 117-128.; Alves, 1995a. p. 167-180.; Alves, 1995b. p. 91-106.; Alves, 1996. p. 85-101.; Alves, 1997. p. 35-44.; Alves, 1998a. p. 269-273.; Alves, 1998b. p. 31-43.

realizadas de forma engajada e sob o prisma das convicções e/ou paixões partidárias. Desse modo, o conflito entre maragatos e pica-paus se estenderia para além das atividades bélicas, deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos. Nos artigos de jornais, em folhetos e em livros, as forças divergentes digladiaram-se entre si, cada qual defendendo suas ideias e atacando as dos adversários, além de buscarem construir elementos explicativos/argumentativos para descrever a recente história gaúcha a partir de seus respectivos pontos de vista. Nesse quadro, os autores dessas obras calcadas no partidarismo constituíram-se em verdadeiros arautos das agremiações político-partidárias, promovendo o debate e defendendo as causas e os modos de agir e pensar dos grupos em confronto.

Afora essas obras evidentemente partidárias, o envolvimento com as paixões políticas que cercou a vida gaúcha, mesmo após o encerramento da Revolução, levou a um certo silenciar dos trabalhos históricos sobre o confronto partidário-político que marcara os primeiros anos da forma republicana no Rio Grande do Sul. Além disto, o vitorioso modelo castihista-borgista iria exercer uma influência direta e incisiva sobre a produção histórica de então. Exemplo disso foram as obras históricas produzidas com um caráter didático, nas quais, em relação à Revolução Federalista, as abordagens insistiam na integridade do acontecer histórico, evitando o enfoque nas divisões e conflitos dos grupos dominantes, harmonizando o presente, a partir de uma leitura do passado repleto de personalidades enaltecedoras e exemplos de civismo, e tal legado histórico-cultural refletia-se na ação moralizadora e

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

honestos dos homens que edificavam o progresso da sociedade rio-grandense. Nesse sentido, aos “espíritos infantis” não caberia destacar os momentos de exacerbação do choque entre os grupos dominantes com cenas covardes e degolamentos, nem reproduzir antagonismos ou ódios entre “irmãos”. Assim, segundo essa concepção, a Revolução de 1893 ocorrera com “naturalidade”, ou seja, fora oriunda das paixões partidárias, ou ainda fora um momento historiográfico incômodo – por isso abordado com brevidade ou evitado – que o progresso do período borgista dissolveria em um passe de mágica, em quadro em que o silêncio e a simulação da harmonia foram recursos contínuos (Torres, 1993. p. 87-88).

Essa negligência quanto às informações/interpretações históricas a respeito da Revolução Federalista não marcou apenas os compêndios, como também a produção em geral sobre a História do Rio Grande do Sul, durante várias décadas. A historiografia tradicional e/ou oficial gaúcha também relegou à Federalista um espaço de importância menor no quadro da evolução histórica sul-rio-grandense. O confronto foi analisado essencialmente em seu conteúdo militar, ou ainda, reduzido a um confronto de individualidades, ou seja, uma disputa personalista entre as lideranças governistas e as oposicionistas. Fica ausente nessas abordagens, qualquer objetivo de inserir o conflito em uma conjuntura mais ampla, ou ainda de analisar o conteúdo social e econômico como elementos motores também fundamentais no desenrolar dos acontecimentos, como, aliás, é típico da historiografia oficial (cfe. Pesavento, 1980. p. 83). A historiografia tradicional não apresentou tão somente uma visão

reducionista acerca da Revolução Federalista, como ainda buscou diminuir ou até anular o real significado desse evento para o conjunto da História do Rio Grande do Sul. Intentava-se, assim, instituir uma verdadeira memória controlada, alicerçada na manipulação e na reconstrução do passado, visando determinados fins. Uma memória construída nesse sentido implicou em um processo seletivo de textos e imagens, ressaltando certos dados e eliminando ou desconsiderando outros, como se não tivessem importância ou jamais tivessem existido (Pesavento, 1993. p. 15).

Além disso, a Revolução de 1893 foi, por essa vertente historiográfica, constantemente comparada com a Revolução Farroupilha e, em um quadro que visava legitimar a imagem de um Rio Grande do Sul integrado ao todo nacional, essa revolta foi reconstruída e idealizada como o movimento que demonstrava a brasilidade dos gaúchos, ao passo que a Federalista, com seu conteúdo de acirrada divisão partidária, era considerada como o exemplo típico da revolta caudilhesca e violenta que em nada contribuíra para a inserção rio-grandense-do-sul à comunhão nacional. Esse modelo de comparação, estabelecido a partir de ideias preconcebidas e carregadas de preconceitos, e construído para legitimar pressupostos político-ideológicos então em voga, tornou-se recorrente em grande parte da produção intelectual acerca da história gaúcha e viria a ser reproduzido por décadas.

Um dos trabalhos de natureza “didática” que pode exemplificar essas distinções propositais no tratamento da Farroupilha e da Federalista foi o livro *História do Rio Grande do Sul* de Stella Dantas de Gusmão. Nessa obra, a autora dá um tratamento completamente

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

diferenciado em relação aos dois eventos, aparecendo a Revolução Farroupilha e seus promotores sempre com qualificativos positivos como “patriótico”, “heroico”, “digno”, “denodado”, “venerado”, “idolatrado”, “hábil guerreiro”, “valeroso”, “infatigável”, “glorioso” e “altivo”; além disso a escritora enaltecia a luta da liberdade contra a tirania como o apanágio que levava à Farroupilha, afirmando que os rebeldes eram uma “falange de bravos que ousaram revoltar-se contra os desatinos de autoridades venais, protegidas por instituições caducas”, dando provas de “patriotismo, nobreza e bravura”, até a pacificação, que teria sido a demonstração maior da “honra impoluta e a nobre altivez dos republicanos rio-grandenses” que, como prova de sua brasilidade, teriam aceito a paz para que, “unidos, os brasileiros melhor defendessem a pátria seriamente ameaçada pelo estrangeiro audaz”, em uma referência à conjuntura platina, com a qual a autora nega qualquer conexão em relação à Farroupilha. Já à Federalista, é dedicado um espaço extremamente menor na obra de Stella Dantas, no qual foi destacado o papel do “poderoso partido republicano”, revelando à subserviência ao sistema castilhistaborgista; ao estabelecer a narração sobre o movimento de 1893-5, a autora é notadamente sucinta, limitando-se a afirmar que em fevereiro de 1893 “começou então para o Rio Grande do Sul o horrível flagelo denominado guerra civil” e, após algumas poucas linhas de descrição, passava à pacificação de 1895, enaltecendo a paz como o passo decisivo em direção à normalidade no Estado, “alterada pela excessiva e lamentável paixão partidária” (Gusmão. p. 65-173). Nesse sentido, em uma obra que durante anos serviria como referencial ao ensino da

formação histórica do Rio Grande do Sul, ao passo que a Revolução Farroupilha era construída como o mais marcante movimento que marcara a história gaúcha, à Federalista cabia um abrupto silenciar.

Outra “história geral” do Rio Grande do Sul, publicada bem mais tarde que a de Stella Dantas de Gusmão – demonstrando a permanência dessa diferenciação no tratamento dos dois processos revolucionários na historiografia tradicional gaúcha –, que exemplifica a dicotomia no estudo da Farroupilha e da Federalista, foi o *Compêndio de História do Rio Grande do Sul* de Amyr Borges Fortes. Para o autor, a Revolução Farroupilha constituíra-se em uma “jornada de heroísmo, fausto magno entre nossas melhores tradições guerreiras, que serviu para afirmar o destemor de uma raça nova que se formava no sul do Brasil” e que soubera “erguer, acima de suas próprias aspirações o sentimento de brasilidade indispensável à manutenção de uma pátria unida, forte e respeitada”. Em outra perspectiva, o escritor apontava a Federalista como a “luta civil” que “incendiava” o Rio Grande do Sul, a qual “estava destinada a ser uma das mais sangrentas pugnas já travadas em torrão gaúcho, trazendo lágrimas e luto para os lares de nossa terra”. Ainda a respeito do movimento de 1893-1895, Fortes afirmava que “infelizmente, essa revolução foi marcada por numerosos atos de crueldade, fixados na história rio-grandense como verdadeiras páginas negras entre aquelas que tanto orgulham e enobrecem nossos ascendentes” (Borges Fortes, A. p. 98 e 125-127). Fica expressa mais uma vez, em Amyr Borges Fortes, a cristalização de estereótipos, com a brasilidade e justiça da Farroupilha em oposição à “pura violência” e

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

partidarismo da Federalista, tornando-a, segundo tal concepção, digna de um quase esquecimento histórico.

Uma série de outros livros e ensaios serviria para confirmar essa premissa de construções historiográficas diferenciadas acerca da Farroupilha e da Federalista. Ainda a título de exemplo, podem ser citados os escritos de Lindolfo Collor e Salis Goulart. No artigo “A profecia de Bolívar”, Lindolfo Collor, fazendo referência aos processos revolucionários que marcavam a América do Sul e o Brasil desde o século XIX até as primeiras décadas da centúria seguinte, explicava que as “revoluções americanas” apresentavam padrões “inteiramente diferentes” das “agitações europeias”, pois, naquelas poderia se observar “desde logo que as ideias motrizes valem quase sempre menos do que os indivíduos que as encarnam”; de modo que “pequenos e subalternos antagonismos pessoais, mal compreendidas razões de amor próprio, abstrações mais ou menos platônicas, pontos de vista puramente individuais geram, com pequenas interrupções e por toda parte, verdadeiras conflagrações”. Na visão de Collor, nos movimentos “americanos” faltava “a convicção da responsabilidade, o sentimento da ordem, o gosto da obediência, a disciplina social”, prevalecendo, isto sim, a “mazorca”, que seria a “moléstia do continente”, uma vez que eram gerados a partir da “exaltação da liberdade nas multidões” e do “misticismo ególatra dos caudilhos”. Nesse sentido, concluía o autor que essa era “a psicologia das revoluções americanas”, nas quais “ideias novas elas não trazem no seu bojo” e “costumes, só os modificam para pior” (Collor. p. 8-10). Ainda que não fizesse referência direta, ao discriminar as “revoluções americanas”, Lindolfo Collor estava se

referindo também aos processos revolucionários que marcavam a década de vinte no Brasil e, mormente, a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, verdadeira herança dos antagonismos políticos rio-grandenses não resolvidos desde a Revolução Federalista. Nesse sentido, tais revoltas são aproximadas dos movimentos que marcavam a conjuntura platina, considerados como caudilhescos e não norteados pelas ideias, ao contrário do “modelo europeu” de revolução, inspirado em ideais e não em personalismos, rubrica essa na qual, nas entrelinhas, o autor incluiria a Farroupilha, de acordo com as aspirações de sua geração de buscar uma nova colocação do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro de então (ver Alves, 1999. p. 79-85).

Jorge Salis Goulart, por sua vez, em sua *A formação histórica do Rio Grande do Sul*, na qual pretende abordar a história gaúcha através de uma proposta “sociológica”, também faz significativas distinções entre a natureza das revoltas de 1835 e 1893. A obra de Goulart é eivada de pressupostos deterministas, de generalizações e de preconceitos raciais (ver Flores, 1989. p. 42-44) os quais marcam sua distintas visões a respeito daqueles processos revolucionários. Nessa linha, o autor afirma que “a revolução de 35 foi um movimento social produzido por uma considerável maioria branca, ao passo que os fenômenos caudilhescos do Prata foram executados por um número enorme de mestiços”, ou quais se caracterizariam “principalmente pelo instinto de ferocidade, da vingança e da rapacidade, que tão comumente se encontram juntos nas agitações do caudilhismo platino”. Goulart compara a Farroupilha com as revoluções ocorridas no Prata, destacando que “o gaúcho platino é um rebelado contra a sociedade e as leis

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

que a dominam”, de modo que “o caudilho que chega à suprema governança não visa o bem público, porque ele o não compreende”, tratando-se de um “autocrata rude e bronco”, ao passo que “o rio-grandense é o contrário”, pois, “em 35, ele se rebela para dar à sua terra um governo mais seguro, mais de acordo com as necessidades de seu povo”. Sobre o conteúdo de violência nas revoluções do século XIX, o escritor defende que “os casos esporádicos de vandalismo da revolução de 35 no Rio Grande do Sul contrastaram com a degola generalizada na mesma época na Argentina”, onde era “costume dos bandos revoltosos” a existência de “grupos de profissionais que farejavam pelos campos de batalha o sangue das vítimas”. A esse respeito, Goulart concluía que “da leitura da história do Prata nos fica sempre uma dolorosa impressão de caos e de anarquia”, onde, “no meio do tumulto das ambições caudilhescas, se entrecruzam os desmandos mais temíveis, as violências mais tenebrosas”. Nesse sentido Salis Goulart elege a Farroupilha como a revolução ideal, sem nenhum grau de comparação com as “caudilhescas” revoltas platinas; porém sobre a Federalista, o autor se limita a afirmar que “o Rio Grande do Sul de 35 não é o mesmo de 93” (Goulart. p. 105-106, 109-111 e 198), deixando implícita uma certa aproximação da Federalista com os movimentos platinos, não fazendo, no entanto, essa inferência diretamente, uma vez que a mesma poderia prejudicar seus pressupostos deterministas e racistas de superioridade dos sul-rio-grandenses, restando mais uma vez um certo silenciar quanto aos fenômenos de 1893-95.

Nesse contexto, as revoluções Farroupilha e Federalista têm sido incorporadas à construção

historiográfica sul-rio-grandense como manifestações do “espírito revolucionário” dos gaúchos, porém, cada uma delas descrita e reconstruída historicamente de modos diferentes pelos escritores da História do Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva historiográfica, onde predominou a abordagem sob o prisma de uma dicotomia entre ambos os movimentos, buscando caracterizá-los como completamente discrepantes entre si, os escritos de Carlos Dante de Moraes constituem-se naqueles que mais a contento representam essa maniqueísta discrepância entre as revoltas de 1835 e 1893. Foi no capítulo “Trinta e Cinco e Noventa e Três”, de seu livro *Figuras e Ciclos da História Rio-Grandense* que Dante de Moraes dedicou-se mais especificamente a traçar um paralelo entre aquelas duas guerras civis⁸². Na obra em questão, o autor busca montar um arcabouço argumentativo para construir duas imagens, destacando os condicionantes positivos (Farroupilha) e negativos (Federalista) dos processos revolucionários e intentando embasar suas asserções em uma “memória coletiva” dos sul-rio-grandenses (Moraes. p. 134-135).

Segundo Dante de Moraes, a Revolução Farroupilha foi norteadada por princípios ideológicos “puros” e “pelo sentimento religioso, a razão, a moral e o cavalheirismo”, ocorrendo a partir de uma série de circunstâncias através das quais “puderam os seus chefes e inspiradores manter intacta a sua mentalidade ideológica humanitária, cristã, cavalheiresca e fraterna”. Também sobre a Revolução de 1835, o autor determina

⁸² A primeira edição do ensaio “Trinta e Cinco e Noventa e Três” foi publicada na Revista *Província de São Pedro*, número 17, em 1952.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

que essa, embora tivesse a participação da “gente campeira e dos principais estancieiros”, não teria sido “um movimento propriamente do campo”, mas sim “de irradiação visivelmente urbana”. Ele associa a isso o argumento de que a revolta fora conduzida basicamente por setores ilustrados e letrados da comunidade gaúcha, como “padres já célebres em rebeliões passadas, maçons forrados de filosofia política, homens cultos, manejando a pena com desembaraço, ilustrados oficiais do exército” e “membros de sociedades literárias”, ou ainda, “poetas que não se continham ante a fisionomia épica dos acontecimentos”, o que tornara o “ciclo farroupilha” fértil “de trovas populares, de poetas letrados que versejavam à maneira clássica dos últimos árcades”. Em síntese, o escritor definia os líderes da rebelião como uma “elite moral de intelectuais e guerreiros” (Moraes. p. 134 e 136-137).

Nesse sentido, o autor explica que “os chefes rio-grandenses, não obstante a formação campeira de tantos deles, só se sentem bem obedecendo à forma legal, aos ditames morais, aos princípios religiosos”; havendo, “mesmo na sua rebeldia, escrúpulos de consciência que lutariam dramaticamente com as convicções que lhes armavam o braço”. Para Dante de Moraes, a luta pela liberdade representava o elo e único norte de convicção dos rebeldes farrapos, “todos amando a Liberdade com letra maiúscula”, de maneira que se poderia sentir nas suas palavras “o alvoroço de um sentimento que, no Brasil, recém-madrugava e, por isso, adquire para nós uma sonoridade romântica”, uma vez que, “o Rio Grande nesse decênio agitado, se torna o campo de experiência e aplicação de princípios novos e aspirações libertárias, identificando no mesmo ardor incontido

homens de procedências as mais diversas” (Moraes. p. 136-137).

Além de ter por objetivo dar um caráter urbano e “ilustrado” às lideranças rebeldes, Moraes também nega que as mesmas pudessem ser consideradas como representantes do caudilhismo. Para ele, àqueles líderes não era atribuível como “fundamento social e histórico o título de ‘caudilhos’”, sendo essa uma “designação que assenta mal aos chefes guerrilheiros de Trinta e Cinco”. O autor ainda imputa aos farrapos uma predominante “influência espiritual” de “sentimentos religiosos”, através da “doutrina cristã”, da “moral católica”; e afirma que, nos “espíritos” rebeldes “a ideia de criatura andava sempre associada à ideia de criador”. Nesse sentido, o escritor explica que “esses sentimentos, ditames e princípios é que fizeram dos chefes de Trinta e Cinco um grupo de escol, de vigorosa influência moral, capaz de conter os açaimos, dominar e dirigir os impulsos da massa anônima”, os quais seriam “tão fáceis de deflagrar em licença nos dias de convulsão”. Ele confirma tal perspectiva, ao destacar que do “decênio memorável” ficara “um marcado respeito pelo homem, na sua condição fundamental de ser moral e espiritual, e a submissão reverente aos valores éticos e religiosos”, de onde adviriam “aqueles atos, tão numerosos, de fraternidade cristã, nobreza de alma e generoso cavalheirismo” (Moraes. p. 135 e 138-139).

Assim, para Dante de Moraes esse espírito “fraterno”, “cristão” e “cavalheiresco”, teria servido para forjar uma revolução humanitária e até fraterna, uma vez que daqueles ideais adviria uma suavização dos conflitos e rivalidades presentes entre 1835 e 1845, pois, embora chegue a reconhecer, durante a guerra, práticas

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

de violência de parte a parte, considera-as como casos isolados e obras de indivíduos, em geral, fora do controle dos grupos ou de lideranças. Segundo o autor, aqueles princípios teriam servido para refrear a explosão “da desforra campeira, do relaxamento da coação e da disciplina e da liberação dos instintos represados”, os quais poderiam resultar de uma luta que “se prolongou por dez anos, período suficiente para desgastar ânimos mais rijos e propiciar a irrupção de paixões inferiores”, porém, de acordo com Moraes, o que prevaleceu foi “uma preocupação acentuada de legalidade e o desígnio de organizar e construir”, de modo que o “elemento humano da rebelião farroupilha, mais que conduzido, é fortemente influenciado e inspirado” por aquela “elite moral” que liderou a revolta (Moraes. p. 134).

Ainda a respeito da Revolução Farroupilha, Moraes destaca que “o que predominou foi sempre o sentimento inarraigável de brasilidade”, com o qual “os propósitos, os interesses e a combatividade dos rio-grandenses estiveram sempre ao serviço férreo da autoridade central: rei, imperador ou regente” (Moraes. p. 133). Nessa linha de raciocínio, o autor contempla alguns dos pressupostos do discurso historiográfico luso-brasileiro que visa identificar toda a formação histórica gaúcha com um caráter nacional português e brasileiro, em detrimento de uma visão que reconheça as influências platinas na região, ao defender a tradicional versão de que, em nome da brasilidade, os farroupilhas negaram-se a receber auxílio do Prata, ou ainda que só tinham feito a república e determinado a ruptura político-institucional com o Império a partir da “intransigência” do governo central.

À Farroupilha, Carlos Dante de Moraes contrapõe a Revolução Federalista, considerando-a como "desprovida" das virtudes atribuídas aquela. Fazendo um levantamento da evolução da marginalidade e da criminalidade no Rio Grande do Sul, entre os dois movimentos, o autor explica "a feição cruel da Revolução de 93", a qual teria a "muito ativa" participação "do elemento campeiro, obscuro, anônimo, que se forra à responsabilidade, à sombra de chefes e dos homens sem entranhas, feixes de impulsos perversos, curtidos na carreira do crime". Ele associa à Federalista o surgimento dos "caudilhos" e dos "numerosos caudilhetes" aos quais caberia bem "a denominação platina, e atrás deles o elemento citadino agauchado e, sobretudo, a massa campeira" (Moraes. p. 142 e 164), fatores todos negados quando de sua análise sobre a revolta dos farrapos.

O escritor aponta uma "diferença ideológica entre Noventa e Três e Trinta e Cinco", considerando a última como a "verdadeira revolução", ou seja, "esta foi uma revolução, no sentido mais completo da palavra, no seu empenho de antecipar o ideal republicano e federativo". Quanto a esse aspecto, a Federalista, é diferentemente encarada pelo autor, uma vez que, ao confundir princípios parlamentaristas com reação monárquica, ele afirma que essa revolta lhe aparecia "como uma reação, pois visava restabelecer uma tradição parlamentar, que se quebrara violenta e fatalmente com a República" (Moraes. p. 165). Nesse quadro, ao contrário do que fizera acerca da Revolução Farroupilha, ele estabelece profundas críticas aos líderes das forças rebeldes durante a Revolução de 1893,

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

principalmente por não terem refreado o conteúdo de violência e todo o “mal” que teria cercado essa rebelião.

Ao fazer tal censura às lideranças da Federalista, Moraes afirma: “quando nós estancamos ante a violência e crueldade de Noventa e Três, assalta-nos a necessidade de indagar por que razão os grupos dirigentes não souberam ou não puderam frear, como em Trinta e Cinco, os instintos anárquicos da massa rural, o desbordamento dos maus impulsos e da criminalidade”. Ele acusa ainda que, durante a guerra civil de 1893 “nunca se conjugou com tanto furor e determinação prática o verbo castigar”. Mais uma vez comparando os dois movimentos, o autor argumenta que o que mais feria a sua “visão histórica é a atitude dos elementos dirigentes” que, “ao invés de subjugar os impulsos anárquicos”, como fora feito “em Trinta e Cinco, eles se acumpliciam com os mesmos, tolerando-os indiferentes, quando não os utilizam ou estimulam abertamente”. Nesse sentido, o escritor alinhava que “à sombra ou no resguardo dessa cumplicidade tácita ou deliberada é que Noventa e Três se torna a foz, o imensurável estuário da libido homicida, dos apetites de sangue, de violação e massacre, de tudo o que destrói a pessoa humana e o seu prolongamento patrimonial” advindo “daí aquele desrespeito absoluto à criatura humana” (Moraes, p. 162, 168 e 170).

Para Dante de Moraes, a Monarquia só deixara heranças maléficas à conjuntura política e social brasileira e gaúcha, pois “os chefes políticos, os fazendeiros de prestígio, os caudilhetes de vária procedência se entrosaram ardorosamente no mecanismo parlamentar do Império. Desse modo, quanto a essas lideranças, o autor explica que as “suas

energias cívicas se concentram na luta política, nos embates partidários, como o melhor derivativo à sua combatividade”, enquanto que “a massa rural analfabeta, sem voto no sistema de sufrágio indireto, permanece fora da arena cívica”, e, dessa massa, “boa parte dela age disciplinada ao lado dos seus chefes, na lida das estâncias”, porém, outra “fica à parte, seminômade, ingovernável e associal”. Segundo o escritor, foi esse segmento da população rio-grandense o mais atuante durante a Federalista, pois, ao invés do “monarca das coxilhas, narciso de facão, altaneiro e valente”, teria prevalecido a figura do “*gaúcho malo*, despido de cavalheirismo”, de maneira que essa rebelião revolvera “até o fundo uma sociedade onde havia grupos em estado semibárbaro e desajustamentos clamorosos” (Moraes. p. 143-4 e 169).

Ao apontar a Revolução Rio-Grandense de 1893 como uma “vasa imensa de ódios, crueldades e horrores”, Moraes propõe que se colocasse “uma cortina sobre os atos tétricos de Noventa e Três”, argumentando que seu “fito não é evocá-los e muito menos descrevê-los em sua minuciosa hediondez”, pois “precisaria haver da nossa parte um pouco de complacência sádica, que felizmente nos falta” (Moraes. p. 171 e 174). Nessa linha, ela adota a postura de diversos historiógrafos gaúchos que optaram por deixar a Federalista no limbo do esquecimento histórico, preferindo silenciar do que abordar seus intrincados elementos constitutivos⁸³.

⁸³ Para o autor, essa necessidade do silêncio diante da Federalista era proveniente das paixões e imparcialidades que marcaram o conflito e os escritos sobre ele entabulados: “O historiador de hoje se afasta dela como de uma época sinistra e

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

Na epígrafe de seu ensaio, no qual pretendia levantar “aspectos de psicologia social e política” das duas revoluções, o autor cita que “as exigências práticas que pulsam debaixo de cada juízo histórico, dão a toda a história caráter de ‘história contemporânea’”, de forma que, “por distantes que possam parecer no tempo os fatos por ela referidos, a história, na realidade, está em relação com as necessidades atuais e a situação presente em que vibram aqueles fatos” (Moraes. p. 125). Nessa linha de pensamento, para legitimar suas asseverações profundamente negativas em relação à Revolução Federalista, Dante de Moraes apela à uma “memória coletiva” dos gaúchos, que perpassava entre as gerações e que teria plasmado aquelas identidades da “boa” e da “má” revolução:

Quão diferentes se representavam a nós, na
meninice, os homens de Trinta e Cinco e os de
Noventa e Três! dos primeiros, pais e avós nos

malsinada, que não tenta o desejo nem a força de interpretação. Em contraste com a opulenta historiografia de Trinta e Cinco, a de Noventa e Três é escassa e defeituosa. Ante a análise imparcial e o desígnio de revelar a verdade, fremente uma documentação apaixonada, que recende ainda a sangue e a pólvora. As acusações tremendas de que está cheia, as suas palavras de ódio e recriminação ferem a nossa serenidade e parecem reclamar que tomemos partido, que não fiquemos ante ela em uma atitude de isenção e distância intelectual. Meio século decorrido não foi bastante para desafogar e clarear o horizonte histórico. Passamos por Noventa e Três como quem atravessa uma estância infernal. E quando saímos à luz, ciosos de visão objetiva, sentimos tristeza e acabrunhamento” (Moraes. p. 128).

falavam como se fossem deles familiares. O fervor das palavras, o interesse vivo que animava as narrativas, a dramaticidade dos lances descritos, enobrecidos por atos cavaleirescos, deixavam a nossa alma suspensa, absorta, divagando nostálgica através de um passado que não conhecêramos, épico e formoso. Quando, porém, nos diziam de Noventa e Três, a nossa receptividade mudava por completo, porque também era outra a atitude dos narradores. Ante o que era realmente de ontem, ficávamos desorientados e perplexos... Os acontecimentos se despiam de qualquer poesia, numa guerra dura, cruel, perversa. Referiam-nos ódios, vinganças, crimes hediondos, que tomavam conta da nossa visão, sem o recuo do tempo, como na crônica policial de atentados sensacionais. (...)

A quem tenta compreendê-la, a quadra em que se dilaceram republicanos e federalistas aparece inóspita, ingrata, anti-épica apesar dos seus heroísmos, sem coisa alguma da sedução e o prestígio do período farroupilha (Moraes. p. 127-128).

Assim, o paralelo traçado por Dante de Moraes, na comparação entre as revoluções Farroupilha e Federalista, enquadra-se nas versões entabuladas pela historiografia tradicional a respeito dos dois movimentos⁸⁴. Nesse quadro, a guerra civil de 1835

⁸⁴ Segundo Sandra Pesavento, “a Revolução Federalista é incômoda para o imaginário construído sobre o Rio Grande. Comparativamente à Revolução Farroupilha, não há como negar que essa guerra civil tinha muito mais a oferecer, enquanto imagem e discurso, para a elaboração de um sistema de representação que visa construir uma identidade regional”

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

aparece como detentora de todas as virtudes e na qual se originaram boa parte dos mitos e heróis da historiografia tradicional/oficial e das tendências ligadas ao regionalismo/tradicionalismo. Já a revolta de 1893 é normalmente “esquecida” ou “purificada” de seu conteúdo de violência, que, por sua vez, traduz o próprio contexto político-ideológico e socioeconômico no qual ocorreu o movimento. Farrroupilha e Federalista foram realmente diferenciadas em vários aspectos, mormente por terem ocorrido em momentos históricos diversos; essas discrepâncias, porém, não se resumem a esquemas simplistas e avaliatórios dos possíveis “méritos” de cada uma, tendo por sustentação o pressuposto maniqueísta da revolução “boa”, “verdadeira”, “não-caudilhesca” e “válida”, em detrimento da revolta “má”, “reacionária”, “caudilhesca” e “mal-liderada”.

Essa visão reducionista reproduz as características do contexto historiográfico no qual se inseriram os diversos autores ligados à historiografia tradicional e se tornaria uma recorrência em boa parte da produção intelectual acerca da história gaúcha. Edificou-se uma história da revolta dos farrapos através de uma versão romantizada, cheia de heroísmo e bravura, e representando-a como um movimento unificador das forças gaúchas. Enfim, enquanto a Revolução de 1835 é plasmada como um movimento unívoco e monolítico, a de 1893, sob o argumento da violência desenfreada, aparece como prenhe em equivocidades e quase como um paradoxo no conjunto da evolução histórica sul-riograndense, devendo, por isso, ser relegada a um

(Pesavento, 1993, p. 19).

segundo plano, ou ainda esquecida no silêncio do historiador. Buscando legitimar seu pensamento através de supostas “isenção” e “objetividade”, os historiadores vinculados à historiografia tradicional contribuíram para plasmar as identidades de uma “revolução heroica”, a Farroupilha, e de uma “revolução fratricida”, a Federalista, rótulos que perpassaram por décadas marcando a construção historiográfica sul-rio-grandense a respeito daqueles movimentos e que, só nos últimos decênios, viriam a ser reestudados, repensados e retificados⁸⁵.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. Dois federalistas descrevem a tentativa de invasão do Rio Grande (abril de 1894). In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995a. p. 167-180.

ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. v. 21. n. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995b. p. 91-106.

ALVES, Francisco das Neves. Revolução Federalista e “verdade histórica”. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio

⁸⁵ Texto publicado originalmente em: *Anais das Primeiras Jornadas Internacionais de História Regional Comparada*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – RS; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO
HISTORIOGRÁFICO

Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1996. p. 85-101

ALVES, Francisco das Neves. Silveira Martins X Júlio de Castilhos – a personalização do conflito federalista: um estudo de caso. *Revista Biblos*. v. 9. Rio Grande: Ed. da FURG, 1997. p. 35-44.

ALVES, Francisco das Neves. A gênese da República no Rio Grande do Sul na visão de Múcio Teixeira. In: *Anais da XVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998a. p. 269-73.

ALVES, Francisco das Neves. A formação da República no Rio Grande do Sul na versão de um federalista. *Revista Biblos*. n. 10. Rio Grande, Ed. da FURG, 1998b. p. 31-43

ALVES, Francisco das Neves. Brasilidade X separatismo: Osvaldo Aranha e a construção de uma identidade nacional para o Rio Grande do Sul. In: ALVES, F.N. (org.). *Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 79-85.

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Trajetórias da historiografia*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 11

BORGES FORTES, João. O levante dos Dragões do Rio Grande em 1742. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 18 nov. 1930. p. 2.

BORGES FORTES, Amyr. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. 6.ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

COLLOR, Lindolfo. A profecia de Bolívar. In: *Brasil – Uruguai*. Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio*, 1925. p. 5-14.

FLORES, Moacyr. *Historiografia: estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In: FLORES, M. (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 117-128

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Martins Livreiro; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.

GUSMÃO, Stella Dantas de. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Americana, 1911.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

MONTEIRO, Jônatas da Costa Rego. A formação do regimento de dragões do Rio Grande de S. Pedro. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p. 127-135.

MORAES, Carlos Dante de. Trinta e cinco e noventa e três. In: *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959. p. 125-175.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO
HISTORIOGRÁFICO

OSÓRIO, Fernando Luiz. A formação dos dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v.2. p. 169-201.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 60-88.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista: a memória revisitada. In: POSSAMAI, Z. (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 13-20.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 65-82.

PORTO, Aurélio. Os Dragões de Rio Pardo. *A Federação*. Porto Alegre: 26 jul. 1928. p. 3.

SPALDING, Walter. Os dragões do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1936. III trim. ano XVI. p. 219-36.

SPALDING, Walter. A Revolta dos Dragões do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p. 137-67.

TORRES, Luiz Henrique. Historiografia sul-riograndense. *Utopia ou barbárie*. Rio Grande: APROFURG/Palmarinca, 1992. p. 93-104.

TORRES, Luiz Henrique. A Revolução Federalista nos manuais de história (1896-1928). In: ALVES, F.N & TORRES, L.H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 83-90.

TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e antagonismo: a tendência historiográfica luso-brasileira (1927-1957)*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1998.

A Revolução Federalista na *Enciclopédia rio-grandense*: um escrito de Arthur Ferreira Filho

Na década de 1950 desenvolveu-se no Rio Grande do Sul um projeto editorial que visava a abordar a formação sul-rio-grandense sob um prisma mais amplo, intentando empreender um enfoque de natureza enciclopédico, ao abordar diversos ramos da atividade e do saber humano. Tratava-se da *Enciclopédia rio-grandense*, publicada pela Editora Regional Ltda., da cidade gaúcha de Canoas, com a edição de cinco volumes, entre os anos de 1956 e 1958. Seu conteúdo envolveu matérias de natureza histórica, abrangendo os tempos pretéritos rio-grandenses, desde a presença indígena até a transição à República e desta até a contemporaneidade; as diversas religiões; as artes plásticas; a música, a literatura; o papel da imprensa; a ação militar; e a relevância das diversas correntes imigratórias para a formação humana gaúcha.

No conteúdo da *Enciclopédia rio-grandense*, a maior parte dos textos voltados à abordagem histórica ficou contida em seu primeiro volume, editado em 1956, com o título de “O Rio Grande Antigo”. Essa publicação pretendia abordar “uma larga visão do labor humano através do tempo e do espaço no Estado do Rio Grande do Sul”, constituindo uma “obra voltada para um conjunto harmonioso de ideias e realizações do homem gaúcho”. Era anunciado que nas páginas da edição

“filtram-se, através das múltiplas colaborações das figuras exponenciais da cultura” rio-grandense, “as luminosidades de um passado pleno de acontecimentos marcados pelo timbre do progresso”. Os editores da obra demarcavam que recolheram “elementos os mais diversos”, lançando-se “a uma empresa de envergadura heroica”, encerrando “tudo quanto diga respeito à unidade política brasileira do extremo meridional do país”⁸⁶.

O volume inaugural intitulado “O Rio Grande Antigo” abordava temas como os indígenas, os jesuítas, os açorianos, os colonos alemães, os imigrantes italianos, as questões platinas, a Revolução Farroupilha, a transição Monarquia – República e a Revolução Federalista. O texto sobre a guerra civil transcorrida entre 1893 e 1895 era de autoria de Arthur Ferreira Filho, que, na abertura da publicação, era apresentado como membro da Academia Sul-Rio-Grandense de Letras e Diretor da Biblioteca Pública do Estado. O artigo de Ferreira Filho era o que encerrava o primeiro volume, de modo que a Revolução de 1893 era considerada como o momento da transição entre o “Rio Grande Antigo” e o “Rio Grande Atual”⁸⁷.

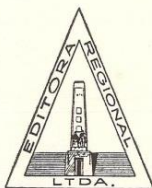
⁸⁶ CUNHA, Liberato Salzano Vieira da. Prefácio. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Editora Regional, 1956, v. 1, p. iv.

⁸⁷ FERREIRA FILHO, Arthur. A Revolução Federalista. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Editora Regional, 1956, v. 1, p. 305-337.

ENCICLOPÉDIA RIO-GRADENSE

1.º Volume

**O RIO GRANDE
ANTIGO**



Editora Regional Ltda.
Canoas — R. G. S. — Brasil

A revolução federalista

Arthur Ferreira Filho

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

Arthur Ferreira Filho nasceu na cidade gaúcha de São José do Norte a 20 de setembro de 1899. Foi Juiz Municipal em Bom Jesus (1925), diretor do jornal *O Município* (1925-1927), Intendente (1928) e Delegado de Polícia (1930), na mesma cidade. Atuou ainda como Juiz Municipal em Carazinho (1933); Delegado de Polícia em Passo Fundo (1934); Chefe de Gabinete da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul (1937); Prefeito Municipal de Passo Fundo (1938-1942 e 1944-1946); Prefeito Municipal de São Leopoldo (1947); Diretor da Biblioteca Pública do Estado (1956-1958); e redator dos periódicos *Diário da Tarde* e *Diário da Manhã* da cidade de Passo Fundo. Esteve também na Assessoria do Palácio do Governo do Rio Grande do Sul (1968) e foi membro do Conselho Estadual de Cultura (1969). Servidor público, historiador, ensaísta, sociólogo genealogista e político, pertenceu à Academia Sul-Rio-Grandense de Letras (presidindo-a até 1969), ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e à Estância da Poesia Crioula⁸⁸. Também teve uma atuação como militar e chefiou o Partido Republicano Rio-Grandense na localidade de Bom Jesus, ocorrendo seu falecimento no ano de 1996⁸⁹.

⁸⁸ MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 217-218.; e VILLAS-BÓAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 191-192.

⁸⁹ CAMPOS, Vanessa Gomes de (org.). *Guia arquivos pessoais e coleções IHGRGS*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 2013. p. 31.

Alguns de seus escritos foram *Pelo regime do Estado Novo* (1939), *Floriano Peixoto* (1939), *O professor primário e a nacionalidade* (1941), *O pequeno marginal* (1944), *Legendas do Rio Grande* (1950), *Caudilhos platinos e caudilhos rio-grandenses: confrontos* (1953), *Cronologia da Revolução Federalista* (1954), *Luís da Silva Ferreira e sua descendência* (1955), *A Revolução Federalista* (1957), *O ciclo castilhista na política rio-grandense* (1957), *Velhos troncos rio-grandenses* (1958), *História geral do Rio Grande do Sul* (1958), *Nomes tutelares do ensino rio-grandense* (1959), *Revoluções e caudilhos* (1962), *O Município de Bom Jesus* (1964), *Mangueiras de pedra* (1967) e *Revolução de 1923* (1973). Também escreveu *Primeiros caminhos do Rio Grande*, *Antepassados do Exército Brasileiro*, *Os fenícios no Brasil*, *Castilhismo e pinheirismo*, *A biografia do marechal Câmara* e *Euclides da Cunha historiador*, além de discursos, conferências e elogios⁹⁰.

O texto de Arthur Ferreira Filho sobre a Revolução Federalista é dividido em duas partes: “Antecedentes” e “A luta”. O primeiro segmento tem sua abertura voltada à abordagem dos “Partidos políticos”, na qual o autor se referia à preeminência do Partido Liberal, liderado por Gaspar Silveira Martins, à época da transição Monarquia – República. Nesse sentido, argumentava que os liberais foram aqueles que mais sentiram “o golpe vibrado pela revolução republicana”, restando aos conservadores “aguardar o evoluir dos acontecimentos ou aderir” ao republicanismo. Nesse quadro partidário, afirmava ainda que “o Partido Republicano contava com reduzido número de correligionários convictos”, defendendo que,

⁹⁰ MARTINS. p. 625-626.; e VILLAS-BÔAS. p. 547-548.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

entretanto, havia “à sua frente um grupo de elite, onde avultava a personalidade excepcional de Júlio de Castilhos”, além de outras lideranças. Ainda a respeito dos republicanos, dizia que eles contavam “nos municípios com elementos de primeira ordem, sob o aspecto intelectual e moral”, faltando-lhes, “porém, a força do número, com que enfrentar os concorrentes”.

Passando a tratar do “Primeiro governo republicano”, o escritor gaúcho trazia detalhes sobre os militares que ocuparam os cargos governativos do Rio Grande do Sul sob a República, bem como se referia ao breve governo de Silva Tavares e à formação da primeira dissidência republicana e à agremiação oposicionista denominada União Nacional, que reunia liberais e conservadores. A “Constituinte rio-grandense” foi outro tema abordado pelo autor, no qual chamou atenção para a ascensão castilhista, com participação na constituinte federal e predomínio na estadual. Abordou também o movimento ocorrido em reação ao golpe perpetrado por Deodoro da Fonseca, em 1891, argumentando que se “aproveitaram os adversários de Castilhos da confusão reinante para golpeá-lo no governo do Estado”.

A respeito do “Governicho”, Ferreira Filho demarcava que se instalara “no Rio Grande do Sul um governo efêmero que entrou para a história”, com “aquela alcunha depreciativa”, sem referir que tal denominação fora dada pelos castilhistas. Sobre a queda de Castilhos, dava ênfase ao fato de que este lançou “a seus correligionários um vibrante e incisivo manifesto”, no qual os concitava “a se conservarem firmes e unidos porque o restabelecimento da legalidade republicana não poderia tardar muito”. O retorno de Castilhos ao poder foi denominado de “Restauração da legalidade”,

demarcando o autor que, a partir de então estaria desencadeada a guerra civil, com as preparações bélicas em andamento, mas que a mesma foi adiada momentaneamente por acordos políticos, embora em “vários pontos do Estado” tenham sido verificados “conflitos e turbulências”. Sobre tal período, o escritor sustentava que “a paixão política havia chegado ao auge da exasperação”, não havendo “o serenamento dos espíritos” e “as violências e tropelias acirraram ainda mais os ânimos”.

Na segunda parte do texto, “A luta”, Ferreira Filho dedicou-se à abordagem dos movimentos bélicos que marcaram a revolta e a repressão contra ela movida no período entre 1893 e 1895. Os diversos teatros de operações da guerra foram descritos detalhadamente com destaque para as lideranças militares de parte a parte e as várias ações empreendidas, por meio de segmentos como “A primeira invasão”, “Batalha do Inhanduí”, “Emigração dos revolucionários”, “A grande marcha”, “Expedição do general Artur Costa”, “A 2ª invasão”, “Luta na Região Colonial e no Planalto”, “Ataque à cidade do Rio Grande”, “Operações da Divisão do Norte de abril a junho de 1894”, “Operações do general Hipólito”; “A 3ª invasão” e “A paz”.

Um dos tópicos mais abordados a respeito da Revolução Federalista foi também tratado por Arthur Ferreira Filho, ao considerar que tal revolta “caracterizou-se por atos repulsivos de sanguinarismo selvagem”. Ele informava que a luta durara “trinta e um meses e feito mais de dez mil vítimas, sem contar os imensos prejuízos materiais” e que, “durante esse tempo foram praticados atos de selvageria inaudita”. A esse respeito considerava ainda que “os instintos maus dos

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

homens andavam às soltas durante essa luta fratricida, e atentados monstruosos feriram os mais nobres sentimentos de humanidade”, constatando também que “os guerreiros de 93 conseguiram igualar, senão sobrepujar, os feros caudilhos platinos do século XIX”. Em comparação com outro processo histórico, dizia que, “ao contrário do que aconteceu na Revolução Farroupilha e, posteriormente, na de 1923, quando a generosidade era a regra, na de 93 ela constituiu a exceção”. Lembrando o forçado esquecimento a respeito da revolta gaúcha na recém-instaurada República, afirmava que, “por isso, decerto, alguns historiadores rio-grandenses, como Souza Doca, recusaram-se a descrevê-la”.

Outro ponto destacado pelo autor foi aquilo que ele considerou como uma espécie de unicausalidade da Revolução Federalista, ao apontar que tal revolta “é um dos raros casos de guerra civil que não obedeceu a qualquer motivo de natureza econômica”. Nesse sentido, considerava que “os motivos de sua eclosão foram exclusivamente políticos”, tendo ela nascido “do ressentimento entre homens que, na disputa do poder, no Estado, haviam recebido recíprocos agravos”. Acrescentava que, “aos opositoristas dessa natureza juntaram-se os adversários ideológicos da Constituição de 14 de julho”, estando à frente deles “Silveira Martins, parlamentarista convicto”. Ainda a tal respeito, comentava que “a ausência de outros móveis, que não os políticos, ressalta de todos os manifestos e proclamações dos federalistas, do princípio ao fim da Revolução”.

Em conclusão, Ferreira Filho lançava a questão pela qual, “ao terminar a sumária narrativa daqueles trágicos acontecimentos”, estaria a impor-se “uma

pergunta”, ou seja, “a quem atribuir a responsabilidade tremenda de haver feito desabar sobre a sociedade rio-grandense essa imensa desgraça?”. Diante da hipótese de que a culpa poderia recair sobre os “chefes dos dois partidos”, o autor negava-a peremptoriamente. Segundo ele, era “sabido que Silveira Martins, homem avesso às soluções violentas, fez o máximo esforço para evitar a luta armada”, ao passo que, “Júlio de Castilhos menos ainda a desejaria”, já que, “pacifista pela doutrina filosófica que esposara, não poderia desejar a guerra civil, e, mesmo, por sua condição de governante, pois aos que estão no poder interessam, sobretudo, a paz e a tranquilidade”. Em síntese o próprio escritor considerava-se incapaz de responder a questão, argumentando que “as leis da História não são devidamente conhecidas, mesmo por aqueles que mais se aprofundam no estudo dessa ciência” e, por tal motivo, “ela vem apresentando, de tempos a tempos, certos enigmas que ninguém, ainda, conseguiu decifrar”.

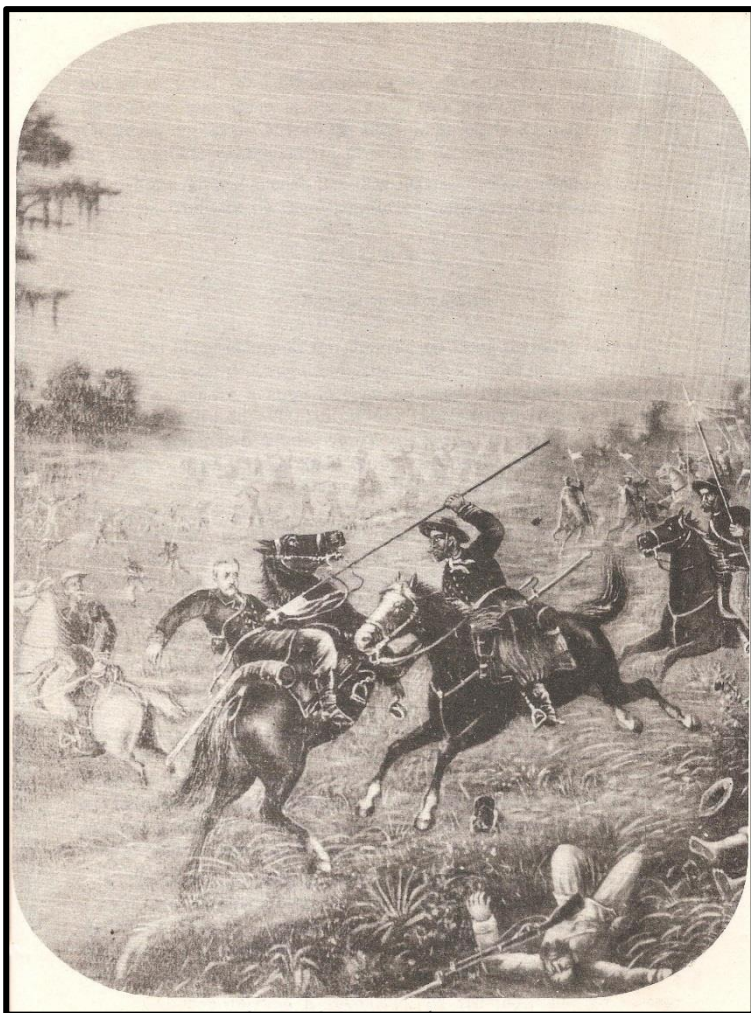
REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO
HISTORIOGRÁFICO



registro iconográfico que acompanha o texto
"Chefes republicanos"



registro iconográfico que acompanha o texto
"Grupo de revolucionários federalistas"



registro iconográfico que acompanha o texto
"A morte de Saldanha da Gama"

REVOLUÇÃO FEDERALISTA: ESTUDOS DE CUNHO HISTORIOGRÁFICO

Assim, diante do silenciamento e até mesmo preconceito historiográfico empreendido para com a Revolução Federalista, Arthur Ferreira Filho optou por abordar o tema considerado como extremamente espinhoso por diversos historiadores. Como político, militar e representante da intelectualidade de então, com ação múltipla como caracteriza os denominados “homens de letras” da época, o escritor preferiu trazer aos leitores uma breve perspectiva dos desacordos políticos que levaram à revolta, voltando-se a tratar dos “antecedentes”, mas privilegiou amplamente a descrição do enfoque bélico, destacando “a luta” e a narrativa dos eventos de natureza militar em seu artigo. Quanto aos fatores motores da Revolução de 1893-1895 não deixou de enfatizar o conteúdo da violência, de grande recorrência em meio aos historiadores, mas preferiu localizar na política o único causador que levou à deflagração do conflito, deixando de levar em conta que o conteúdo político estava profundamente vinculado a outros elementos constitutivos como o ideológico, o econômico, o social e até mesmo às disparidades regionais existentes dentro do Rio Grande do Sul. Finalmente, quanto às razões da guerra civil, sua opção foi a de isentar as lideranças políticas, bem em consonância com as tendências historiográficas de então de exaltar os chamados “grandes homens”, de maneira que escolheu atribuir tal causalidade a um “enigma”, para o qual a “História” ainda não estaria pronta a trazer explicações. Ao chegar a essa conclusão, Ferreira Filho não deixava de incorrer na tendência reducionista que cercou as interpretações acerca da Revolução Federalista, as quais levavam à encará-la como uma excrescência à formação histórica e sul-rio-grandense, uma vez que não

seria condizente com as demais revoluções gaúchas, mormente a Farroupilha, caracterizadas por uma improvável humanidade, ou, nas palavras do autor, uma “generosidade”.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



9 786589 557722

ISBN: 978-65-89557-72-2